



SOCIEDADE EDUCACIONAL FORTALEZA LTDA
FACULDADE EDUFOR
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

NEUSILENE DE JESUS MARREIROS CORDEIRO

**ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS AÇÕES E POLÍTICAS DE MEIO
AMBIENTE: uma análise dos principais aspectos de intervenção
profissional**

São Luís - MA
2023

NEUSILENE DE JESUS MARREIROS CORDEIRO

**ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS AÇÕES E POLÍTICAS DE MEIO
AMBIENTE: uma análise dos principais aspectos de intervenção
profissional**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social – Faculdade Edufor como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, com Formação de Assistente Social.

Orientadora: Enaire Maria Sousa da Silva

São Luís - MA

2023

C794a Cordeiro, Neusilene de Jesus Marreiros

Atuação do assistente social nas ações e políticas de meio ambiente: uma análise dos principais aspectos de intervenção profissional / Neusilene de Jesus Marreiros Cordeiro — São Luís: Faculdade Edufor, 2023.

58 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (ODONTOLOGIA) — Faculdade Edufor - São Luís, 2023.

Orientador(a) : Enaire de Maria Sousa da Silva

1. Assistente social. 2. Meio ambiente. 3. Educação ambiental. I. Título.

FACULDADE EDUFOR SÃO LUÍS

CDU 364.68

NEUSILENE DE JESUS MARREIROS CORDEIRO

**ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS AÇÕES E POLÍTICAS DE MEIO
AMBIENTE: uma análise dos principais aspectos de intervenção
profissional**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social – Faculdade Edufor como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, com Formação de Assistente Social.

Orientadora: Enaire de Maria Sousa da Silva

Aprovada em: ___/___/___.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora

Profª Enaire de Maria Sousa da Silva

Mestra em Desenvolvimento Socioeconômico - UFMA

Profª Izamara Nunes Sousa

Mestra em Desenvolvimento Socioespacial e Regional - UEMA

1ª Examinadora

Profª Aylana Cristina Rabelo Silva

Mestra em Desenvolvimento Socioespacial e Regional - UEMA

2ª Examinadora

Ao amigo **Fernando Antônio Filgueiras Mousinho**, obrigado pelos ensinamentos, sou eternamente grata, através de você descobri o verdadeiro significado da palavra amigo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu discernimento, perseverança, dedicação e determinação para a conclusão deste trabalho, tenho fé que sem sua presença na minha vida este momento não seria possível.

A minha família, pelo companheirismo, compreensão e o apoio.

As docentes Enaire Sousa, Aylana Cristina e Izamara Nunes, pelo carinho, compromisso e dedicação durante todo o período de formação, em especial a Professora Enaire pelo apoio nos momentos de difícil, por sua orientação, inspiração, compreensão e paciência.

As amigas e companheiras de graduação, Jeanne Delgado, Marta Diniz e Silva Alessandra pela nossa amizade que nos proporcionam grandes momentos felizes.

As (o) Colegas de classe, Luiza Gomes, Emilliana Cardoso, Aline Freitas, Valdeni da Silva, Josiene Nogueira e João Carlos, Ritha que sempre se dispuseram a ajudar em especial Luiza Gomes pelo seu apoio, torcida e acompanhamento durante o desenvolvimento deste trabalho.

A colega de classe Karoline Ranizia Santos (in memoriam), no qual obtive grandes experiências.

As amigas Luanda Stanislau, Meirelayne Fernandes, Nilda Miranda, Barbara Miranda, Mayra Fernandes, Ana Cristina, Mônica Geraldo e Rodrigomoura, por todo incentivo, apoio palavras de encorajamento.

Aos participantes da pesquisa, Marcos Silva - Assistente Social (CAEMA) e Elizabeth Teles Bezerra – Assistente Social (ENEVA), obrigado pela solicitude e profissionalismo.

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram para essa etapa minha vida fosse concluída.

RESUMO

A presente pesquisa aborda a atuação do assistente social nas ações e políticas de meio ambiente e busca identificar quais os principais aspectos de intervenção profissional e os desafios enfrentados por esses profissionais. O serviço social tem como características desenvolver o papel de educador ambiental, bem como ser capaz de provocar um mediador, oferecendo diálogo e reflexão como aprendizagem nos campos social e ambiental. O objetivo deste trabalho é identificar quais são os processos de trabalho que permeiam a ação do Serviço Social frente às ações e políticas de meio ambiente. Para tanto, foi utilizado como método de coleta de dados a pesquisa bibliográfica em relação ao objeto investigado no qual objetiva o contato direto do pesquisador com o que já foi produzido/escrito a respeito do assunto; utilizou-se também a pesquisa qualitativa a qual visa compreender a complexidade do problema por meio da observação, interpretação dos fatos, coleta de informações e realização de entrevistas com assistentes sociais que atuam na CAEMA e na ENEVA.

Palavras-chave: Assistente Social. Meio Ambiente. Educação Ambiental.

ABSTRACT

This research addresses the role of social workers in environmental actions and policies and seeks to identify the main aspects of professional intervention and the challenges faced by these professionals. Social work has the characteristics of developing the role of environmental educator, as well as being able to provoke a mediator, offering dialogue and reflection as learning in the social and environmental fields. The objective of this work is to identify what are the work processes that permeate the action of Social Work in relation to environmental actions and policies. To this end, the bibliographic research was used as a data collection method in relation to the object investigated, in which it aims at the direct contact of the researcher with what has already been produced/written about the subject; Qualitative research was also used, which aims to understand the complexity of the problem through observation, interpretation of facts, collection of information and interviews with social workers who work at CAEMA and ENEVA.

Keywords: Social Worker. Environment. Environmental education.

LISTA DE SIGLAS

CAEMA	Companhia de Água e Esgoto do Maranhão
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
ENEVA	Itaqui Geração de Energia S/A
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
NASA	National Aeronautics and Space Administration
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGS	Organizações não governamentais
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
UICN	União Internacional da Proteção da Natureza
SAM	Serviço Nacional de Assistência a Menores
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	O SISTEMA CAPITALISTA E O PADRÃO DE DEGRADAÇÃO AM- BIENTAL.....	18
2.1	Aspectos conceituais do meio ambiente.....	18
2.2	Modo de produção capitalista e a degradação ambiental.....	23
3	A ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS EM POLÍTICAS DE MEIO AMBIENTE NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS- MA.....	36
3.1	Discutindo a inserção do Serviço Social na temática ambiental	36
3.2	Análise da atuação profissional de assistentes sociais em polí- ticas de meio ambiente.....	40
4	CONCLUSÃO.....	50
	REFERÊNCIAS.....	53
	APÊNDICES.....	56

1 INTRODUÇÃO

Em virtude do novo cenário de mundo globalizado, uso massivo do meio ambiente que assola as relações mundiais, a questão ambiental passa a ser palco de diversas discursões nacionais e internacionais, vários países, ambientalistas, empresas e profissionais que defendem essa temática passaram a discutir de forma crítica a relação homem com a natureza. Evidentemente que os padrões de civilizações, o desenvolvimento econômico, transformações das cadeias produtivas, modos de produções capitalista dentre outros fatores configuram-se para os cenários da crise ambiental mundial. Inicia-se então novos desafios sociais, científico e político em prol da reestruturação socioambiental objetivando a equidade social uma vez que as transformações afetaram de forma direta e indiretamente a vida humana.

O crescimento urbano contribuiu e vem contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e tecnológico da sociedade uma vez que a movimentação da cadeia produtiva contribui para a geração de riqueza e renda da cidade, no entanto é preciso pontuar que a não efetivação das políticas públicas de educação ambiental, políticas de saneamento básico retarda o processo de evolução uma vez que a ausência das mesmas fica inviável a garantias dos mínimos direitos sociais.

Este estudo será de essencial importância a sociedade como um todo, uma vez que o objetivo geral é identificar quais são os processos de trabalho que permeiam a ação do Serviço Social frente às ações e políticas de meio ambiente, levando conhecimento a população através do desenvolvimento profissional junto à sociedade, pontuando seus deveres e direitos de forma explícita dentro das perspectivas intervenções nas questões socioambientais, contribuindo para uma qualidade de vida com segurança.

Acredita-se que esse estudo possui relevância institucional, por meio da devolução de resultados, uma vez que a organização pesquisada poderá utilizar esses resultados para adotar estratégias, novas práticas de gestão voltadas para a educação ambiental na comunidade. Além disso, este estudo possui relevância social uma vez que organizações, gestores e colaboradores poderão conhecer a atuação e a importância do assistente social na política de meio ambiente.

Entende-se também que esta pesquisa possui relevância científica, uma vez que poderá vir a contribuir para maior exploração do tema no contexto atual e para despertar interesse de outros pesquisadores pelo tema.

O Meio Ambiente é um conjunto de elementos e processos físicos, químicos e biológicos, existente no planeta terra, composto por diversos fatores tais atmosfera, hidrosfera, biosfera e litosfera que contribuem para a manutenção dos seres vivos e não vivos. Trata-se da relação entre as coisas, como as reações químicas e físico-químicas dos elementos presentes na Terra e as relações que ocorrem entre esses elementos e as espécies vegetais e animais; é a relação entre os seres humanos e os elementos naturais (ar, água, solo, flora e fauna) relações entre pessoas; relações que ocorrem entre pessoas e entre coisas; relações entre pessoas e relações, porque é esta relação múltipla que permite, abriga e rege todas as formas de vida. Seres e coisas isoladas não formam um ambiente porque não criam conexões (TOSTES, 1994).

Indubitavelmente que a relação homem e natureza configura-se desde os primórdios das civilizações, no entanto suas problemáticas e consequências se intensifica com a Revolução Industrial e o surgimento do capitalismo, as transformações se expandiram pelo mundo tão logo surge os primeiros desgastes naturais e sociais.

Portanto, faz-se necessário estreitar os laços entre o capitalismo e a questão socioambiental: “[...] na lógica do capital, não há crescimento sem a exploração da natureza, do trabalhador e também não há aumento do capital sem aumento da pobreza e da vulnerabilidade social” (MARX, 1968, p. 71).

Certamente que as transformações da era globalizada a partir do século XV com as navegações marítimas, a troca de mercadorias entre países, o descobrimento de novas terras, as dimensões comerciais já demonstravam as revoluções que perpassava pelo mundo. O descobrimento do Brasil foi um sinal da globalização, o comercio, escravidão dos povos africanos, o extermínio dos indígenas, o acumulo da riqueza, a exploração e comercialização da Fauna e da Flora brasileira, causando impactos de grandes proporções, não obstante há um crescente desigualdades entre as classes sociais. Embora os problemas ambientais antecesses por centenas de anos, somente nas primeiras décadas do século XX as manifestações de preocupações com as questões ambientais se intensificam iniciando novas formas de discussões e polêmicas desafiadoras para

que a sociedade se conscientizasse que o mundo estaria à beira um colapso ecológico.

O século XX testemunhou o maior e mais rápido progresso tecnológico da história da humanidade, mas também a maior invasão do ambiente, causada por desenvolvimentos que não tiveram em conta os impactos associados da Revolução Industrial e a natureza finita dos recursos naturais. Por outro lado, nas últimas décadas, os conceitos ecológicos foram continuamente ampliados, e uma nova ética da relação entre o homem e a natureza foi salva no modelo de desenvolvimento que busca uma relação equilibrada (SCHRAMM, 1999).

Com nova transição mundial o planeta Terra acendia um sinal de alerta de que era preciso ser feito algo urgente no intuito de amenizar as consequências do uso desordenado do meio ambiente. Após a segunda guerra mundial os problemas sociais, econômicos e ambientais são considerados graves havendo a necessidade de serem encarados com mais seriedade logo então os cientistas e pesquisadores de várias partes do mundo realizavam estudos acadêmicos e laboratoriais através de análises científicas com o objetivo de encontrarem soluções e definições para o meio ambiente. A partir de então os primeiros eventos internacionais ganham forças.

O primeiro evento em prol da preservação da natureza foi a fundação da União Internacional da Proteção da Natureza (UICN) o evento ocorreu na França em 1.948, rege a favor a equidade e o uso dos recursos ecologicamente sustentáveis, evento reúne Organizações não governamentais (ONGS) e governamentais, o UICN é conhecido também por ser o maior e mais antigo evento representativo a tratar o tema Direito Ambiental. Após esse evento, os movimentos ambientalistas foram surgindo com os mesmos objetivos salvar o planeta e suas diversidades. Com o objetivo de discutir o meio ambiente de forma mundial a Europa cria na década de 1.970 os programas Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD) e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

A intensificação pelo mundo em prol do meio ambiente se expande com outros eventos exemplos como temos: a conferência de Estocolmo – Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente, ocorreu em 1.972 na Suécia, onde reuniu 113 países, nesse evento foi definida a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente e Declaração de Estocolmo:

A forma pela qual os objetos da Conferência foram inicialmente colocados revelou o inconfundível caráter de Primeiro Mundo do encontro. Sua ênfase estava nos aspectos técnicos da contaminação ambiental, devido à acelerada industrialização e urbanização, e na relação entre o crescimento populacional e o esgotamento de recursos naturais. Havia visível hostilidade de vários países de Terceiro Mundo contra a agenda de Estocolmo, sendo o Brasil um dos líderes dessa abordagem durante a conferência. Todas as questões defendidas pelo Brasil, com a única exceção de sua disputa com a Argentina sobre a construção de Itaipu, foram endossadas por outros países de Terceiro Mundo e pelo próprio Maurice Strong, secretário-geral da conferência. A perspectiva adotada pelo Brasil com relação às questões ambientais foi bastante clara. Primeiro, os delegados brasileiros defenderam que o crescimento econômico não deveria ser sacrificado em nome de um ambiente mais puro [...] Segundo, o Brasil não compartilhava o postulado de uma relação direta entre crescimento populacional e exaustão de recursos naturais [...] Um terceiro elemento da posição brasileira provocou muita controvérsia: a soberania nacional não poderia ser sujeitada em nome de “interesses ambientais mal definidos” (FERREIRA, 1998, p.81).

O Brasil manifesta interesse em proteger o espaço ambiental do país criando políticas setoriais e administrativas, no início do século XX com a criação do primeiro código Florestal Brasileiro através do Decreto nº 23.793/1934 e o Decreto nº 24.643/1934 – Código de Águas, posteriormente em 1967 foi criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) com o objetivo primordial executar as legislações referente a proteção de recursos naturais e também executar o código florestal brasileiro.

O Brasil avança na década 1980 com marcos históricos na questão meio ambiente, um importante marco foi a criação da Lei 6.938/81 dando origem ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) com o objetivo decretar e executar a Política Nacional do Meio Ambiente.

Qualquer alteração das prioridades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causadas por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente afetem a saúde, a segurança e o bem estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais (CONAMA, 1986).

A PNMA com o objetivo reservar, melhorar e recuperar a qualidade ambiental, visando o desenvolvimento social econômico, promovendo a dignidade da vida humana através de desenvolvimento sustentável.

No mesmo ano foi criado também o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) que tem por finalidade de reunir os órgãos que compõem a gerência do meio ambiente, embora criado em 1981 pela Lei nº 6.938/81 o SISNAMA foi

regulamentado somente em 1990 pelo Decreto 9.9274/1990. Posteriormente foi desenvolvido em 1985 o Ministério Urbano e Meio Ambiente tendo por finalidade coordenar as atividades governamentais na área ambiental além de estabelecer políticas públicas.

Posteriormente em 1992 acontecia na cidade do Rio de Janeiro - Brasil a Rio 92 também conhecida como ECO 92 a maior conferência ambiental com a finalidade de discutir os conceitos de desenvolvimento econômico e sustentável. Através da eco 92 diversos direcionamentos e acontecimentos foram realizados como destaque temos: o protocolo de Kyoto ou conferências as partes – trata das mudanças climáticas e seus efeitos, a agenda 21-tem objetivos de propor ações de mudanças para o desenvolvimento sustentável, a Cúpula de Johannesburgo ou Conferencia Mundial de Desenvolvimento Sustentável-Rio+10 enfatizou a questão social e a preservação ambiental, outro evento de cunho importante foi a Conferência das Nações Unidas ou Rio+20, vinte anos depois da ECO-92. É certo afirmar que obtivemos grandes avanços em diversos eventos, no entanto é preciso intensificar a conscientização da sociedade sobre o que é ter responsabilidade social e ambiental nos meios de sua própria sobrevivência.

Em 1991 o governo Federal inicia o Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA) objetivando melhoria da gestão ambiental através da criação de políticas públicas ambientais sob administração e estruturação dos órgãos federal e estadual. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) também passou pelo processo de reestruturação, nesse contexto os estados assumem a responsabilidade proteger seu ecossistema, além acatar requisitos que demonstre o desenvolvimento de mecanismo de proteção do seu ecossistema através da administração e criação de políticas públicas ambientais.

Consideravelmente que as discursões referente a forma de sobrevivência e de tratar o meio ambiente como um todo de expandiram após vários grandes eventos mundiais com a temática, havendo necessidade de posicionamento em relação as causas das transformações da vida humana e o meio que vivemos, esta problemática estão ligada a dois grandes fatores o social que é o meio pelo qual nos relacionamos e nos posicionamos e o fator político onde são feitas as tomadas de decisões para um relacionamento homem natureza equilibrado.

De certo que o Brasil acelerou nas últimas décadas do século XX com a criação de legislações e instituições que abordam o tema políticas ambientais

Brasileira no entanto com a Constituição Federal de 1988 marca de fato sobre o direito ambiental e determina que todos tem direito a um ambiente saudável e sadio uma qualidade devida saudável.

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para presentes e futuras gerações. Art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (BRASIL, 2002, p.136).

Poderíamos também sublinhar que “a preocupação com um ambiente equilibrado se tornou uma tendência global face às ameaças contínuas representadas pelo crescimento da população global e pelo consumo intensificado de matérias-primas para satisfazer as necessidades da sociedade contemporânea. O comportamento destrutivo com o meio ambiente desencadeou um grande debate global sobre a proteção da natureza, despertou o interesse de alguns países em promover o desenvolvimento sustentável com base em obrigações legais de proteção e promoveu políticas econômicas e educacionais para resolver urgentemente vários problemas.” (RODRIGUES, 2019).

A Constituição Federal do Brasil (1988) no Título III Dispõe da organização do estado, capítulo II, o art. 23 ressalta a competência comum da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios; onde os incisos III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos. VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas e VII- preservar as florestas, a fauna e a flora.

Para pontuar o Estado do Maranhão se posiciona em relação ao meio ambiente em meados do século XX quando “As primeiras iniciativas políticas direcionadas à proteção os ecossistemas Maranhenses datam da década de 1940, quando o Poder Público decretou uma área remanescente do bioma Amazônico localizado em São Luís em Floresta Protetora dos Mananciais Abastecedoras do município de São Luís. Somente a partir de 1993, compete ao Estado do Maranhão definir, implantar e administrar espaços territoriais e ecossistemas originais a serem protegidos, com vistas a manter e utilizar racionalmente o patrimônio biofísico e cultural de seu território. Para que isso ocorra é necessário que as esferas administrativas assumam suas

responsabilidades e que esteja real engajamento com as questões da sociedade civil na busca por soluções para a gestão integrada e participativa dos recursos naturais” (CORREIA, 2011).

No entanto com a implantação da Constituição Federal de 1988, o Maranhão consolida várias leis em defesa da proteção ambiental, sendo que dentre elas vale destacar a criação da Lei estadual de proteção ambiental nº 5.405 datado de 08 de abril de 1992, que criam o código de proteção ambiental e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA).

A SEMA está vinculada à CONSEMA que dentre várias competências destaca no Art. 14 incisos IV - decidir, em grau de recurso administrativo, sobre licenças indeferidas e penalidades impostas pela SEMA e V - recomendar, mediante representação da SEMA, a perda e restrição de incentivos, benefícios fiscais, creditícios e outros, concedidos pelos poderes públicos.

O atual momento de degradação do meio ambiente, e suas consequências de catástrofes históricas, apontam para a importância da reflexão sobre a educação ambiental, fatos que começaram a ser debatidos na década de 70 na Conferência de Estocolmo, a partir de então várias outras discussões sobre a saúde da sociedade contemporânea e relação meio ambiente, uma relação que envolve diversos sujeitos tais como: capital, política, poder econômico, trabalho, consumo e crise ambiental mundial. Uma abordagem que vale lembrar que os padrões de produções sociopolíticas contribuíram e vem contribuindo para o real contexto dessa crise ambiental mundial.

A educação ambiental é uma prática educativa e social que visa formar valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem a compreensão da realidade da vida e a atuação clara e responsável dos atores sociais individuais e coletivos no meio ambiente. Por definição, a educação ambiental é um elemento estratégico no desenvolvimento de uma ampla consciência crítica das relações sociais e de produção que permitem às pessoas viver na natureza (LOUREIRO, 2004).

O Serviço Social surge no Brasil na década de 1930 para atender as demandas decorrente das transformações políticas, culturais, sociais e principalmente econômicos fatos que originam as expressões das questões sociais, embora inicialmente a profissão exercia o papel de assistencialista. No entanto com a expansão da profissão a partir de 1960 o serviço social assume

uma nova postura passando atuar em diversas outras áreas. Trabalhando nas perspectivas de garantias de direitos em prol das superações das desigualdades sociais junto com a população vulneral.

O assistente social atua no fortalecimento dos indivíduos e suas autonomias. Regido por princípios do código ético profissional e a lei de regulamentação da profissão. Os Assistentes Sociais assumem um papel executar e assessorar, programas, políticas públicas, além de planejar, administrar gerenciar, no entanto para que o profissional possa exercer sua função com resultados positivos se faz necessários ter conhecimentos nos referenciais: teórico-metodológicos, técnico operativo e éticos políticos.

Orientar o trabalho nos moldes acima mencionados exige um perfil profissional letrado e crítico, capaz de formular, recriar e avaliar propostas que apontem para a progressiva democratização das relações sociais. Para tanto, é necessário um compromisso ético-político com os valores democráticos e habilidades teórico-metodológicas na teoria crítica e na lógica de interpretação da vida social. Estes elementos, aliados à investigação da vida real, permitem decifrar as situações particulares que os assistentes sociais enfrentam no seu trabalho, de forma a relacioná-las com os processos macrossociais que as geram e alteram. Mas, exige também profissionais com domínio dos meios técnicos operacionais, que possam reforçar ações ao nível da consulta, do planejamento, da negociação, da investigação e da ação direta, motivar os sujeitos sociais a participarem nas decisões que lhes dizem respeito, salvaguardar os seus direitos e obter os meios exercer esses direitos” (IAMAMOTO, 2009, pp. 32-33).

Na área ambiental o serviço social assume um papel de interventor da educação socioambiental desenvolvendo ações socioeducativas uma que a temática questão ambiental compreende uma tomada de consciência para a importância da preservação do meio ambiente.

Dada à importância de estudos que tratam da investigação da aprendizagem em organizações, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: “Quais os principais aspectos de intervenção profissional e os desafios enfrentados pelos (a) Assistentes Sociais nas ações e políticas de meio ambiente?”

Para responder à questão norteadora da pesquisa, propôs-se como objetivo geral identificar quais os principais aspectos de intervenção profissional e

os desafios enfrentados pelos (a) Assistentes Sociais nas ações e políticas de meio ambiente.

O objetivo geral se desmembrou nos seguintes objetivos específicos: expor a relação entre Serviço Social e Meio Ambiente; debater sobre a Política Nacional do Meio ambiente; refletir sobre o exercício profissional dos (a) Assistentes Sociais no Estado do Maranhão e os principais aspectos enfrentados; e, relacionar experiências vivenciadas no município de São Luís a partir de uma perspectiva da educação ambiental.

2 O SISTEMA CAPITALISTA E O PADRÃO DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

2.1 Aspectos conceituais do meio ambiente

Quando se trata do meio ambiente não existe um acordo universal entre os especialistas. Geralmente, entende-se que se refere a um local, espaço ou recinto habitado por seres vivos e objetos inanimados. No entanto, logo que analisado de uma perspectiva mais precisa, o meio ambiente abrange todos os elementos e fatores externos que estão fora de um indivíduo ou grupo de indivíduos. Isto inclui entidades bióticas e abióticas, bem como as relações e interações entre elas (GUIMARÃES, 2006).

A literatura contém inúmeras interpretações do conceito de meio ambiente baseadas no texto constitucional vigente. Alguns autores com uma perspectiva mais fixa, definem natureza como “um termo genérico que designa os organismos e o ambiente onde vivem, o mundo natural”, como consta no artigo da Constituição Federal de 1998 (BRASIL, 1988).

O termo "meio ambiente" refere-se ao conjunto de condições que sustentam e mantêm os organismos vivos na biosfera, na sua totalidade ou numa porção menor dela. Isso abrange vários fatores, como clima, solo, água, ar e organismos, todos eles compõem partes integrantes do conceito de meio ambiente.

“A soma total das condições externas circundantes no interior das quais um organismo, uma condição, uma comunidade ou um objeto existe. O meio ambiente não é um termo exclusivo; os organismos podem ser parte do ambiente de outro organismo” (BRASIL, 1988).

O ordenamento jurídico brasileiro estabeleceu o conceito de meio ambiente na Lei 6.938/81, que diz respeito à PNMA. O meio ambiente é definido por esta lei como “uma combinação de condições físicas, químicas e biológicas, leis, influências e infraestrutura que possibilitam, abrigam e governam a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 1981, p.01).

A ISO 14001:20043 é a única outra fonte que tentou definir o meio ambiente. Esta define ambiente como “o entorno em que uma organização atua, incluindo ar, água, solo, recursos naturais, flora, fauna, seres humanos e suas inter-relações” (BRASIL, 2004, p.01).

No Brasil, a terminologia utilizada é PNMA, e abrange todos os bens, naturais ou não, criados pelo ser humano e que impactam de alguma forma a existência humana. A definição de “meio ambiente” vai além de um objeto singular, mas representa uma relação interdependente que surge necessariamente da existência humana.

A doutrina brasileira sobre direito ambiental foi iniciada com base constitucional, com foco nos elementos e aspectos multifacetados que englobam o meio ambiente. Essa perspectiva abrangente leva à definição de Silva (2000, p.20) de meio ambiente como a “interação entre vários componentes naturais, artificiais e culturais que promovem o crescimento equitativo da vida em todas as suas formas”.

Segundo Migliari (2001), o meio ambiente engloba a integração e interação harmoniosa de vários elementos, incluindo componentes naturais, artificiais, culturais e ocupacionais, para promover um desenvolvimento equilibrado em todos os aspectos, sem quaisquer exceções. Assim, a saúde do meio ambiente não pode ser alcançada a menos que a qualidade da interação e integração entre esses fatores atinja o auge da excelência.

A legislação brasileira apresentou uma ideia bem mais abrangente, de forma que cada recurso do meio ambiente passou a ser considerado como parte de um todo, em que interagem de forma constante e são diretamente dependentes. De acordo com Capra (1988), trata-se de uma visão sistêmica com delineamento e ramificações da ciência moderna que preconiza que o universo é formado por uma teia de relações entre todos os eixos são interconectados. Na esfera das ciências biológicas o meio ambiente é compreendido como natural.

Entende-se por meio ambiente todos os componentes vivos e não vivos, bem como todos os fatores existentes no local em que um organismo vive. Os animais, as plantações, os oceanos, as montanhas, a precipitação, a temperatura, faz parte do meio ambiente (DASHEFSKY, 2001).

Guimarães (2006, p.13) conceitua o meio ambiente como um conjunto complexo que possui diversidade em suas relações antagônicas e complementares na maioria das vezes simultânea.

A palavra "meio" para Dias (2000) designa o “ambiente” de forma abrangente considerando que sua composição depende da interação de processos bióticos, econômicos, antrópicos e ecológicos. Sendo uma condição

essencial à sobrevivência, à vida, em que ano os organismos não se dissociam das circunstâncias do meio. O ser vivo não é um ser independente, pois necessita estar associado as demais peças, o que justifica a caracterização do meu ambiente quanto seus aspectos artificiais, culturais, naturais e do trabalho. Essa classificação possui uma finalidade didática afim de demonstrar abrangência do meio ambiente.

Através da fenomenologia da teoria e da prática em educação ambiental, Sauv  (2000) identifica sete formas de representatividade paradigmática sobre o ambiente: ambiente como recurso, como natureza, como sistema, como meio de vida, como problema, como biosfera e ambiente. O delineamento do ambiente como a natureza tem característica original e pura, onde os seres humanos estão dissociados e necessitam inter-relacionar-se.

Com a evolu o do tempo os impactos ambientais ocasionados pelo homem passaram a ser mais evidentes, porém foram criadas medidas para tentar minimizar os impactos causados pelo homem através de estratégias preventivas de educa o ambiental. Atualmente, não existe como definir o meio ambiente sem levar em considera o a intera o existente entre o homem e a natureza.

A Lei n  6.938 promulgada em 1981 que dispõe a PNMA, define meio ambiente em seu artigo 3 :

Art 3  - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: I - meio ambiente, o conjunto de condi es, leis, influências e intera es de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

A defini o legal supracitada   ampla, incluindo o ambiente natural, artificial, cultural e do trabalho. Confere igual prote o a todas as formas de vida, inclusive a humana, que   posta apenas como mais um elemento da natureza. (PILATI; DANTAS; LEITE, 2010). Sendo assim, vislumbra-se que a imagem “popular” de meio ambiente, aludida ao sin nimo de “natureza”, árvore, floresta e animais   limitada diante da versão expressa na legisla o.

O meio ambiente deve ser entendido de forma aut noma e interdependente do bin mio homem-natureza, tendo em vista que o homem pertence a natureza e sem ela não possui condi es de sobrevivência (PILATI; DANTAS; LEITE, 2010).

Desta maneira, deve ser dispensada aten o ao meio ambiente e aos reflexos da degrada o ambiental proveniente das a es do homem, visualizados

nas tragédias ambientais: poluição das águas, mudanças climáticas, enchentes, entre outros. A Lei da PNMA, emerge da preocupação da população brasileira em garantir o desenvolvimento do país e proteção dos recursos naturais. A política e legislação amparou e fomentou o desenvolvimento sustentável do país (GRANZIERA, 2009).

A PNMA foi um marco na legislação brasileira ao normatizar regras sobre o meio ambiente logo após a Constituição de 1988. Na Carta Magna de 1988, os direitos fundamentais formam um sistema flexível e aberto, integrado ao restante da ordem constitucional (art. 5º, § 2º, da CF/88), porém, receptível a novas informações, não se limitando aqueles constantes do art. 5º (PILATI; DANTAS; LEITE, 2010).

O bem ambiental, pressuposto no artigo 5º, é também protegido como bem autônomo, independente do interesse econômico. Nessa conjuntura, não se restringe a bens materiais (florestas, lagos, rios) sujeitos ao regime jurídico privado ou mesmo público, mas sim de um bem de uso comum do povo, capaz de proporcionar qualidade de vida (PILATI; DANTAS; LEITE, 2010, p. 12).

A fim de atingir os preceitos da preservação, a legislação ambiental brasileira criou normas, direitos e deveres para o cidadão, instrumentos de conservação do meio ambiente, a fim de disciplinar atividades relacionadas à ecologia. As leis proíbem: a caça e comercialização de animais silvestres, a pesca fora de temporada, corte de árvores nativas, a criação e manutenção em cativeiro desses animais, além de regularizar a extração de madeiras nobres, a exploração de minas que possam afetar o meio e a conservação de parte da vegetação nativa em propriedades particulares¹

O meio ambiente ecologicamente equilibrado é elencado no artigo 225, caput, da Constituição Federal prelecionado como “bem pertencente a toda a coletividade, incórcio, indivisível, supra individual, indisponível, insuscetível de apropriação exclusiva, cujos danos são de difícil ou impossível reparação” (PILATI; DANTAS; LEITE, 2010, p. 32).

Portanto, pode-se dizer que o conceito de meio ambiente é um conceito amplo que abrange não apenas os aspectos físicos, químicos e biológicos que mantêm as funções essenciais da terra, mas também garante a sobrevivência da

¹ <https://www.teraambiental.com.br/blog-da-tera-ambiental/as-principais-leis-ambientais-brasileiras>

humanidade e de outras espécies. Protege a cultura humana nas suas mais diversas formas, com atenção em garantir um ambiente ecologicamente equilibrado para as gerações presentes e futuras.

A sociedade está sempre em contato direto e em interação contínua com o ambiente natural, o que se reflete na complexa inter-relação das práticas sociais e ambientais. Os resultados dessas relações muitas vezes resultam na degradação do ambiente natural e muitas vezes em menor qualidade de vida para muitas comunidades (WATANABE, 2010).

“O meio ambiente é um conjunto de elementos naturais e sociais que interagem para produzir mudanças no espaço e no tempo.” (WATANABE, 2011, p.16). Segundo Sachs (1986), o ambiente consiste em três subconjuntos interagentes: natural, tecnológico e social. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA, 1994) preconiza que “o meio ambiente é um conjunto de elementos naturais e sociais que interagem para produzir mudanças no espaço e no tempo”.

Outro conceito de ambiente, considerado tão importante que foi estabelecido na Conferência de Tbilisi, na Geórgia, em 1977, considera o ambiente como “o conjunto de sistemas naturais e sociais nos quais as pessoas e outros organismos vivem e ganham a vida” (IBAMA, 1994).

O conceito de meio ambiente evoluiu muito ao longo do tempo. Primeiro, passa de considerar apenas aspectos biológicos e físicos para um conceito mais amplo que considera a interação entre aspectos naturais e sociais (WATANABE, 2010).

Segundo Pilati, Dantas e Leites (2010), a Constituição da República coloca o meio ambiente na categoria de partilha pública. Assim, adota-se a classificação dos bens jurídicos nos termos da Lei Civil (artigos 98 e 99 da Lei Civil), e de acordo com esta, os bens jurídicos são divididos apenas em bens públicos e bens privados. No entanto, não são bens públicos nem privados, mas sim bens pertencentes a toda a comunidade, sem discriminação e não sujeitos às classificações adotadas pelo direito civil.

Portanto, o meio ambiente não é definido especificamente considerando tanto os macros bens quanto os micros bens como rios, árvores e vegetação, que constituem todo o complexo ambiental, e não possui valor monetário. É preciso lembrar que os recursos ambientais atualmente disponíveis devem ser

preservados para que as gerações futuras possam usufruir de forma consciente dos frutos da natureza. Na verdade, este é o cerne do chamado desenvolvimento sustentável.

2.2 Modo de produção capitalista e a degradação ambiental

José Paulo Netto² acredita que o capitalismo tem um dinamismo extraordinário na produção de riquezas materiais e desempenhou um papel civilizador na história. À medida que o capitalismo se desenvolve, expõe as contradições que se manifestam em crises periódicas, na mesma medida em que o papel civilizador do capitalismo diminui e se torna o seu oposto, a barbárie da vida social. O capitalismo não é uma expressão da chamada ordem natural, nem é o fim da história: é um modo temporário, transitório e fungível de organizar a produção e distribuição da riqueza social.

Noronha e Barbosa (2016, p. 46) concluem explicando que “a cultura ocidental geralmente possui três classes sociais principais definidas pelos modos de produção capitalistas: classes alta, média e baixa”. O modo de produção é um conceito definido por Marx que “cria formas sociais historicamente existentes e cria e reproduz as condições materiais da existência social” (COGGIOLA, 2016, p. 9).

Sempre existiu uma relação entre o homem e a natureza, parte do processo evolutivo humano desde o início dos tempos. Esta interação entre o homem e a natureza é semelhante à dos animais, e a agricultura, um dos novos aspectos revolucionários, forma esta relação. Dessa forma, as pessoas passaram a perceber a natureza de forma diferente como fonte de recursos. Novas tecnologias e formas de uso do solo surgiram, provocando rápidas mudanças nos ecossistemas (SANTOS, 2017).

Após a Revolução Industrial, o uso dos recursos naturais foi ainda mais fortalecido. No entanto, foi apenas na primeira Conferência Mundial sobre o Ambiente, realizada em Estocolmo, na Suécia, em 1972, que o mundo voltou a sua atenção para a proteção ambiental. As prioridades nas relações internacionais

² <https://www.brasildefato.com.br/2017/09/16/o-capital-nao-e-uma-biblia-nem-um-receituario-diz-jose-paulo-netto/>

mudaram para abordar questões ambientais e outros fatores (POTT; ESTRELA, 2017).

De acordo com Passos (2009) passa a ser possível vivenciar diversas situações e fatos que comprovam a vulnerabilidade do meio ambiente, como a revolução da informação e a globalização econômica. Estas preocupações não são novas e no contexto histórico são vários os fatores que dão origem a estes problemas ambientais à escala global.

Em 1987, o Conselho Ambiental introduziu o conceito de desenvolvimento sustentável como o atendimento às necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras (MONTMELLER, 1991).

Contudo, neste contexto, Carvalho (2001) afirma que não haverá desenvolvimento sustentável nos países desenvolvidos e/ou em desenvolvimento a menos que os pobres sejam capazes de satisfazer as suas necessidades como alimentação, vestuário e emprego. Impulsionada pela acumulação de riqueza e pela extração inconsciente de recursos naturais, a economia capitalista transformou a relação entre o homem e a natureza, quebrando a harmonia que existia no passado.

Segundo Jaegi (2018), o capitalismo é uma estrutura sistemática que é resultado de múltiplas forças. Dito isto, não é apenas uma coisa. Como resultado, parece diferente em todo o mundo. Os países capitalistas não têm a mesma forma de organização. O maior centro capitalista do mundo hoje são os Estados Unidos. Por outro lado, o vizinho Canadá também é capitalista. Contudo, a forma organizacional não é a mesma nos dois países. A mesma coisa aconteceu no Brasil, um país capitalista, mas a fundação foi completamente diferente.

Ao analisar o capitalismo, é importante compreender os seus fundamentos: o capital privado, o Estado e os trabalhadores. Estes três fatores funcionam de forma diferente para construir diferentes estruturas sociais, políticas e econômicas. A base sistemática do capitalismo é a busca do lucro, da propriedade privada e da divisão de classes. No entanto, ao longo da história o sistema nem sempre foi o mesmo. A tecnologia e as formas de interação estão mudando e as mudanças estão ocorrendo em conformidade (JAEGGI, 2018).

Segundo Mascaro (2018), a primeira forma a ser analisada como sistema é o chamado “capitalismo comercial”, seu período mais forte entre os séculos XIV e XVIII. O lucro é obtido por meio de troca comercial. O mercantilismo consiste

em esforços para acumular continuamente capital, os metais preciosos da época, através da troca. O colonialismo foi liderado por Portugal e Espanha, e as rotas comerciais para o Oriente foram controladas pelos italianos. Os países mais poderosos são aqueles com as maiores quantidades de metais preciosos. A era do capitalismo comercial daquela época foi marcada pela troca exata de metais pelos produtos dos países descobertos. Esta etapa fortalece o surgimento da burguesia, classe de grande importância política e econômica devido à sua enorme riqueza.

Foi nessa época que começou a divisão internacional do trabalho. Agora cada região do planeta terá uma função específica segundo esta lógica. É importante lembrar que o Acordo Colonial estabelece que as colônias só podem comercializar com grandes cidades. A função da colônia era trazer especiarias, matérias-primas e metais preciosos para a metrópole. A função das grandes cidades é fornecer bens manufaturados. A produção é limitada porque não podem competir com as grandes cidades. Em troca, os índios recebiam vasos de flores, móveis e espelhos (MASCARO, 2018).

Segundo Jaegi (2018), o segundo estágio do capitalismo é a indústria. No século XVIII, a Primeira Revolução Industrial mudou a forma como as nações interagem. Do século XVIII ao XIX, a organização interna para o lucro era a exploração dos trabalhadores. Antes de iniciar uma indústria, o produto que se deseja obter deve ser consultado por um artesão que tenha capacidade de produzir conhecimento produtivo de materiais, ferramentas e tempo. Ele trabalha para si mesmo, sem se explorar, como dono dos meios de produção e dono do produto final. O artesão é quem decide quanto vender e onde vender.

A burguesia envolveu-se em práticas comerciais de compra de produtos artesanais e vendê-los a outras partes do mundo. Mas até lá, cada parte funcionará de forma autônoma. À medida que a indústria se desenvolveu, a capacidade de produção também aumentou. Se você produzir mais em menos tempo, poderá vender mais barato (DEMIER; GONÇALVES, 2017).

Demier e Gonçalves (2017) refletiram que à medida que as indústrias crescem, a mão de obra começa a ser vendida às indústrias. Um estado de auto emprego produtivo mantido por um empregado. Na indústria, os artesãos não possuem capital. Depois disso, a sociedade foi dividida entre aqueles que possuíam os meios de produção e aqueles que possuíam o trabalho: a burguesia,

os empresários e a classe trabalhadora. Essas mudanças serão explicadas nas obras de Karl Marx, autor já mencionado.

Escrevendo no *Capital*, o autor identificou a diferença entre a quantidade de riqueza que os trabalhadores produzem e a quantidade de riqueza que recebem em troca do seu trabalho de valor acrescentado. Este valor acrescentado pode ser analisado de duas formas: valor acrescentado absoluto e valor acrescentado relativo. Num esforço para aumentar a produtividade, os empresários querem aumentar as margens de lucro. Mas se você não pode alterar seus preços por causa dos concorrentes, mas ainda quer vender mais, a solução é aumentar a jornada de seus trabalhadores ou reduzir seu salário para trabalhar mais horas e manter o mesmo salário.

Neste sistema, os trabalhadores estão expostos a esta situação porque é impossível criar empregos para todos, o chamado “exército de reserva”. Ou seja, cria empregos, mas não o suficiente para atingir 100% da população. Sempre que há desemprego, os trabalhadores aceitam condições de trabalho estabelecidas (MASCARO, 2018).

Com isso, esse sistema contribui para o aumento da desigualdade social, pois o aprimoramento da tecnologia e do controle dos produtos contribui para que a minoria (donos dos meios de produção) possa expressar formas de vida em larga escala. Em todo o mundo, os países industriais avançados estão a aumentar a sua capacidade produtiva, necessitando de mais matérias-primas e de maiores mercados consumidores, e enfrentam uma situação chamada neocolonialismo, ou imperialismo. Nesse período, a partir do século XIX, o país era visto como beneficiário de bens industriais, mercado de bens de consumo e fornecedor de matérias-primas e metais preciosos.

Drummond (2013) enfatizou que os lucros começaram a mudar após o surgimento dos mercados de ações no final do século XIX e início do século XX. Nesse período o capitalismo financeiro surge com mais força, o problema da especulação é a inovação e o capital financeiro ganha força. Durante este período, surgiram instituições financeiras.

Os métodos de produção baseiam-se na utilização generalizada de produtos industriais e requerem matérias-primas, indicando assim uma trajetória de mudança econômica, social e ambiental determinada pelo sistema de

produção. Também fortalece a busca pelo crescimento econômico e estabelece as bases para o desenvolvimento econômico (SANTOS, 2017).

Marx deu uma importante contribuição para o desenvolvimento do debate sobre a relação entre economia e natureza ao interpretar a acumulação capitalista. Em seus Manuscritos de Filosofia Econômica de 1844, Marx disse:

Os humanos vivem da natureza. Isto significa que a natureza é o seu corpo, e com esse corpo ele deve passar constantemente pelo processo de imortalidade. Que a vida física e mental do homem esteja relacionada com a natureza não tem outro significado senão dizer que a natureza está relacionada com o próprio homem porque o homem é uma parte da natureza (MARX, 1968, p. 516).

Segundo o autor acima mencionado, o modo de produção capitalista aumenta a exploração do trabalho devido à maximização do lucro, enquanto a base de produção econômica, a fonte de riqueza, ou seja, a natureza, diminui. No entanto, estes sistemas são muito importantes para o fortalecimento da economia nacional, tendo em conta os danos ao meio ambiente.

A Revolução Industrial trouxe maior rapidez na produção de produtos e serviços, grande parte deles a serviço do capitalismo. A lógica é de que quanto mais pessoas existem no mundo, mais se deseja produzir. No entanto, esta conta pode não ser equilibrada e trazer danos irreparáveis à humanidade.

Por outras palavras, deve ser alcançado um equilíbrio entre a economia e a utilização equilibrada do ambiente. Atualmente, a humanidade enfrenta muitos desafios. No entanto, um dos maiores desafios é mitigar a crise econômica e encontrar equilíbrio no ambiente social. Nesse sentido, é perceptível que programas de desenvolvimento mais sustentáveis se tornam cada vez mais necessários. As alterações climáticas estão a tornar-se mais graves a cada ano e, para além do fato de as ações humanas estarem a levar o planeta aos seus limites, a destruição ambiental parece estar a diminuir sem parar.

Desta forma, o capitalismo pode ser visto como o sistema social responsável por este problema porque historicamente criou o capitalismo, desenvolveu uma consciência crítica do mesmo e desenvolveu a ideia de que soluções só podem ser encontradas na forma de novas organizações sociais (GIULIANI, 1999).

Vislumbra-se que o próprio capitalismo opera na ideia de ser infinito, ilimitado e inesgotável, um sistema econômico global que acredita que a produção

ainda é possível mesmo à beira do colapso. Assim, a sociedade capitalista, que opera sob o lema da liberdade infinita, especialmente a liberdade de mercado, caminha cada vez mais para o abismo. E como destaca o filósofo Cornelius Castoriades (1999, s/p)³ “a sociedade capitalista de hoje é uma sociedade que caminha para o abismo em todos os aspectos, porque é uma sociedade que não sabe se autolimitar”.

Segundos dados das Organizações das Nações Unidas (ONU, 2019), a população atual é de 7,6 bilhões de pessoas e a projeção até 2100 é de 11,2 bilhões. O crescimento populacional nos últimos séculos é demonstrado na figura a seguir:

Figura 1 – Evolução do crescimento da população mundial



Fonte: Relatório da ONU (2019)

Os séculos XX e XXI testemunham um crescimento incrivelmente rápido após as duas grandes revoluções industriais que deram vida ao capitalismo. Desta forma, este rápido crescimento populacional pode ser entendido como significando que aqueles que possuem os meios de produção estão cada vez mais interessados em servir a população e, assim, aumentar os seus lucros. Mas a que custo vem esse crescimento? Esse crescimento leva ao desenvolvimento econômico? E falando em meio ambiente, quais serão as consequências para a estimativa do nosso espaço geográfico, do nosso uso dos recursos naturais e dos limites da natureza?

A questão tratada é se o mundo se encaminha para o colapso. Para Guerra et al. (2017), a crise ambiental do capitalismo gira em torno do aquecimento global,

³ <http://anais.unievangelica.edu.br/index.php/direito-faceg/article/view/710>

onde as mudanças climáticas trazem diversos efeitos catastróficos para o planeta. O aquecimento global se dá por emissão de gases poluentes na atmosfera. Foi por volta do século XIX que a emissão de poluentes deu um grande salto, na época da Primeira Revolução Industrial no amadurecimento do sistema capitalista, a princípio na Inglaterra e depois no resto do mundo. Não há como falar em crise ambiental sem falar no modo de funcionamento do sistema capitalista.

Se o sistema girar em torno da busca central e contínua do lucro capitalista e exigir mais produção e mais consumo, os gases poluentes aumentarão obviamente. A distribuição dos gases poluentes na atmosfera é a seguinte: 25% provêm da produção de eletricidade não renovável (principalmente carvão, petróleo e gás natural). 15% industriais; 14,3% transportes e combustíveis não renováveis; Agricultura, principalmente produção em grande escala, 14%; 11,2% das alterações do solo através do desmatamento estão diretamente ligadas à agricultura. Os grandes empresários rurais precisam de mais terras para aumentar a produção, por isso derrubam cada vez mais florestas. 8,6% outros combustíveis; 4,3% outros processos industriais; 3,2% geração excessiva de resíduos (GUERRA et al., 2017).

O aquecimento global foi comprovado pela National Aeronautics and Space Administration (Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço – NASA) através de vários registros e estudos citados. A década mais quente da história da humanidade ocorreu neste século, com as temperaturas tornando-se mais extremas a cada ano. É muito perigoso para o ser humano, causando diversas doenças como malária e dengue (FONTENELLE, 2013).

Outra consequência gravíssima é o aumento dos períodos de seca, que está diretamente relacionado ao nível de desmatamento. Um estudo da Universidade de São Paulo (USP) descobriu que o desmatamento no Cerrado, importante bioma do Brasil, leva a um aumento de 20 vezes na perda de água da chuva. Nos últimos 40 anos, o desmatamento na Amazônia atingiu 762 mil km², o equivalente a 184 milhões de campos de futebol. Ou seja, quanto mais severo o desmatamento, maior será o período de seca e maior será a perda de água (FONTENELLE, 2013).

Ter mais terras, ser mais produtivo, obter mais lucros e derrubar florestas são as principais ideias dos latifúndios, dos agricultores ricos ou do capitalismo.

Paradoxalmente, à medida que as temperaturas globais aumentam, o número de desastres naturais também aumenta. Segundo Acsehrad (2017), só no Brasil, foram registrados 10 mil desastres ambientais entre 1991 e 2010, e esses desastres causaram diretamente o adoecimento de cerca de 2 mil pessoas e mataram indiretamente cerca de 500 mil pessoas.

Para Matos e Santos (2018), outro fenômeno desencadeador é o derretimento, ou seja, a diminuição dos níveis de gelo na Terra. Da década de 1980 até hoje, o gelo do Ártico diminuiu 40%, segundo a NASA. De 2007 a 2012, 7 milhões de km de gelo derreteram na Terra, o que é um recorde histórico. Quando o gelo derrete, não só liberta metano, mas também contribui para o aquecimento global e provoca a subida do nível do mar, resultando em tsunamis, furacões e outros desastres semelhantes.

De acordo com o Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas, o nível do mar deverá subir pelo menos um metro até ao final do século XXI. Segundo relatos, um aumento de 1 metro no nível do mar deverá afetar 13 milhões de pessoas em cinco países europeus e causar danos no valor de 600 mil milhões de euros (MATOS, SANTOS, 2018).

Outro problema é a poluição urbana. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 7 bilhões de pessoas morrem todos os anos em todo o mundo devido a doenças respiratórias e ataques cardíacos. Só no Brasil, 135 mil pessoas morreram devido à poluição nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. A produção excessiva de resíduos também é um problema muito específico do sistema capitalista (MATOS; SANTOS, 2018).

O capitalismo tem a ver com lucro, o que exige que você venda cada vez mais enquanto consome para sempre. Entre os problemas está a obsolescência planejada, onde as empresas reduzem a durabilidade da produção para vender mais rápido. Karl Marx também falou sobre a crise ambiental. Embora o autor não tenha vivenciado a crise ambiental que vivemos hoje, ele previu suas consequências. Segundo Marx, a indústria sob o capitalismo inevitavelmente danifica e destrói a Terra e as condições de vida da humanidade devido à transmissão do capital em grande escala (MARX, 1980).

Segundo Nascimento (2012), Engels também pensou nessa relação. Do manuscrito à “Introdução à Economia Política”, segue a mesma linha de pensamento de Marx. Segundo o autor, é necessário defender os produtos e as

forças produtivas criadas na sociedade capitalista burguesa contra a destruição e destruição do mesmo sistema capitalista, transferir a direção da produção e da distribuição social para a classe trabalhadora e eliminá-los. Se os meios de produção não forem retirados das mãos do grande capital, ocorrerá o colapso.

Mas, segundo Engels, só a opressão do carácter capitalista, isto é, da indústria moderna, deveria eliminar a opressão do velho círculo vicioso de contradições em que a indústria moderna se reproduz. Só uma sociedade capaz de aproveitar as energias da produção em harmonia com um elevado nível de consciência pode fortalecer a indústria em todos os países e, ao mesmo tempo, preservar e respeitar o desenvolvimento de outros elementos da produção natural. Portanto, é compreensível que, segundo Engels, seja necessário salvar os meios de produção dos capitalistas punindo a destruição ambiental (NASCIMENTO, 2012).

Embora o tema do meio ambiente tenha se tornado cada vez mais importante nas décadas de 1960, 1970 e 1980, é importante sublinhar que Karl Marx e Engels já tinham abordado o tema, em grande parte graças à conferência das Nações Unidas de 1972, em Estocolmo. Este autor destaca as contradições na aceitação do modo de produção capitalista. Na verdade, para cada grande dano existe uma grande solução, e a solução para superar este grande obstáculo ambiental é superar o sistema que é o modo de produção capitalista.

Segundo Inocêncio e Salvi (2017), não há como resolver os problemas ambientais no capitalismo. A adaptação humana à natureza só pode ser alcançada se a organização social não estiver ligada ao lucro. Para atingir este objetivo, o apoio público deve ser construído.

Segundo Foladori (1999) é impossível compreender as dimensões da destruição ambiental sem nos referirmos à dinâmica econômica da sociedade capitalista e às dimensões lógicas de sua produção, na qual encontramos um cenário de crise ambiental.

Todas as espécies obtêm recursos do meio ambiente e produzem resíduos. Quando a extração de recursos ou a geração de resíduos excede a capacidade de reprodução ou reciclagem dos ecossistemas, enfrenta-se a destruição e/ou poluição, dois sintomas de uma crise ambiental (FOLADORI, 1999).

Neste debate, Foladori (1999) mostra que nunca houve uma sociedade na história da humanidade que criasse desemprego estrutural, como visto nos

sistemas capitalistas. E muitos estudos científicos realizados para compreender as causas da crise social e ambiental sublinham que a pobreza causada pela falta de acesso aos mercados capitalistas é um fator decisivo nesta crise. “A causa dessas manifestações são, portanto, as próprias relações capitalistas, que criam pobreza, pressionam o bom demográfico e, em última análise, degradam o espaço da biodiversidade” (FOLADORI, 1999, p. 33).

Isto acontece justamente porque as relações capitalistas são mantidas de acordo com o cenário de desigualdade inerente ao capitalismo. A produção capitalista introduziu, pela primeira vez na história da humanidade, um sistema de produção cujo objetivo não era satisfazer diretamente as necessidades, mas gerar lucro sob a forma de dinheiro. Esses lucros são obtidos através da competição no mercado. Alguns ganham, outros perdem. É pouco provável que todos ganhem ao mesmo tempo (FOLADORI, 1999).

Há alguns fatores estruturais para se considerar no modo de produção capitalista. O processo de acumulação é contínuo e crescente. Neste sentido, para que os capitalistas possam investir seus lucros precisam explorar novas fronteiras econômicas que dependem direta ou indiretamente da extração de recursos naturais. Indiretamente no caso da industrialização e diretamente nos casos do extrativismo para produção de commodities (mineração, agricultura, pecuária, madeira).

Pelo contrário, é o que Harvey (2009) chama de “acumulação por espoliação”. Na visão do autor, investir na expansão territorial, nos serviços públicos e na privatização de bens como saúde, educação, petróleo, pensões, terras indígenas e bens de patrimônio comum é um capitalismo predatório, como água, florestas e terras livres (colheitas), sementes, biodiversidade, conhecimentos tradicionais; Condições de trabalho inseguras, desenvolvimento do agronegócio e operações imobiliárias, turismo e eventos de grande escala e artes como negócios. Ou seja, tudo passa por um processo contínuo de acumulação, tendo como principais alvos os trabalhadores, os bens públicos e os recursos naturais.

Trata-se de fazer os investimentos mais rentáveis com o menor custo. Este processo envolve uma competição contínua entre entidades econômicas que competem pelos produtos da mais alta qualidade e pelos custos de produção mais elevados. A concorrência entre estas entidades econômicas acaba por estimular

a inovação tecnológica, acelerando e aumentando a escala da produção e da investigação. Portanto, há uma lógica estrutural ampla e infinita. O Estado foi um travão regulamentar, mas com a ascensão do neoliberalismo foi desmantelado e estabelecido por interesses privados.

Como aponta Gilberto Montibeller (2000), o capitalismo é caracterizado pela necessidade de explorar as forças produtivas, o que leva a uma maior destruição ambiental e à pobreza de classes. Além disso, ainda existem situações nos escritos de Montivelle que determinam que a natureza estará sempre subordinada às suas funções num sistema capitalista.

Portanto, sob o capitalismo, a natureza deve ser sempre controlada para obedecer ao capital, e não o contrário. “A Revolução Industrial, com todas as suas mudanças, se tornará a base do Antropoceno, a era do homem” (BARCELOS, 2019, p. 6).

A Era Industrial serve, portanto, para introduzir as seguintes dimensões de mudança: As atividades humanas e suas relações capitalistas alteram a estrutura geomorfológica e o arranjo climático da Terra.

A introdução da fase final do sistema é mais do que necessária para concluir a conversa sobre as formas perigosas como as relações capitalistas têm procedido no que diz respeito ao ambiente e à sociedade desde os primórdios do capitalismo e ao longo da história da Terra. Capitalismo: uma etapa do neoliberalismo econômico. Esta fase contribui para o agravamento dos problemas ambientais porque depende fundamentalmente da manutenção dos sistemas de crise para dar continuidade ao legado de expansão econômica (FLETCHER, 2015).

É fato que a crise ambiental é algo que aumenta conforme avança o capitalismo, no entanto, ela se intensifica ainda mais com a ascensão do capitalismo neoliberal que emergiu a partir da década de 1970, com a crise do Estado de bem-estar social e se consolida no globo, a partir dos anos de 1980. O neoliberalismo é uma nova forma de governo e uma vertente exclusivamente econômica do liberalismo, é uma lógica normativa global e tem caráter profundamente antidemocrático (DARDOT; LAVAL, 2016).

Nele as pessoas começam a absorver os valores neoliberais, mudam sua subjetividade, criam uma subjetividade contábil e financeira da vida e passam a ter a ideia de que tudo pode ser medido. Este é o momento mais grave para o

capitalismo, porque combina a lógica comercial e a lógica individualista na vida humana e nas relações sociais.

E de acordo com Laval e Dardot (2016), esta lógica na verdade força o Estado a abandonar a sua responsabilidade para com o povo nos governos neoliberais, o que significa que a vida humana pode ser dispensável aos olhos do capital. A ideia de mercantilização das relações sociais se expande até que a economia passe a modelar nossa subjetividade no sentido empresarial, ou seja, até que cada pessoa se torne sua própria empresa. Nesse sentido, a lógica do mercado começa a colonizar o mundo da vida e a permear nosso senso de identidade (APPLE, 2015).

Nessa perspectiva, segundo Lévy (2013, p. 79), a crise econômica e a crise ecológica decorrem do mesmo fenômeno: o sistema de mercantilização de tudo - a terra, a água, o ar que respiramos, as pessoas - e as pessoas que o fazem. Não conheço nenhum outro critério além da expansão dos negócios e da acumulação de lucros. À medida que a atividade econômica se acelerou nas últimas décadas, o planeta tem enfrentado processos de destruição em grande escala, levantando questões sobre os seus limites. A ocorrência de mudanças finais encurta o período de preservação da vida humana. Não há mais tempo para pensar no longo prazo, quanto mais você produz, mais ele quebra em um ritmo maior.

No entanto, os liberais e conservadores de hoje não trabalham com a ideia de colapso ambiental e apegam-se à ideia de que o crescimento econômico não pode ser limitado por atividades sustentáveis. Basicamente, como diz Robert Fletcher, estamos a viver um capitalismo de desastre, e há quem acredite que “abordar as alterações climáticas não é apenas compatível com o crescimento económico, mas é em si uma forma de crescer economicamente” (FLETCHER, 2015, s.p.).

Os autores defendem que as crises climáticas e ambientais em geral são sempre percebidas como novas oportunidades de negócio, nomeadamente oportunidades para criar mercados para a gestão dos riscos climáticos. A lógica da acumulação de lucros é mais importante do que a importância da manutenção da vida na Terra. Contudo, para superar a crise ambiental, devemos agir para contrariar o crescimento que apoia o sistema neoliberal, avançar em direção a uma nova governação e superar os padrões de uma sociedade de consumo.

O reconhecimento de que a sustentabilidade é um conceito do futuro deve partir dos esforços para superar a lógica do consumismo que nos distancia daquilo que o ecossistema necessita. Portanto, significa que existe uma forma de produção que visa reduzir os desequilíbrios socioambientais no processo desde a produção até o descarte (ROTONDARO; ZANIRATO, 2016).

3 A ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS EM POLÍTICAS DE MEIO AMBIENTE NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS-MA

3.1 Discutindo a inserção do Serviço Social na temática ambiental

A história dos serviços sociais ao longo dos séculos esteve ligada a fatores sociais, culturais e econômicos como: a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, o surgimento de uma burguesia hegemônica e estratégica no campo do controle social e luta de classes, que resultou, em meio do capitalismo monopolista. Sob a profunda marca do capitalismo, sistema de alienação, contradições e antagonismos formado pela união da burguesia, Igreja e Estado, os primeiros assistentes sociais surgiram no cenário histórico como cuidadores, cujas atividades mais tarde se tornaram profissão, denominados serviços sociais.

A área ambiental é um espaço sócio profissional relativamente novo na área de serviços sociais, e a razão para isso provavelmente é o fato de a criação de programas socioambientais nas empresas remontar às décadas de 80/90, anos em que as questões ambientais passaram a ser objeto de intervenção por parte da sociedade e do Estado em resposta à destruição do planeta. Em relação ao domínio do capital, a destruição do ambiente é apresentada como uma continuação e expressão dos problemas sociais e, portanto, como um objetivo para a intervenção profissional dos assistentes sociais.

É no contexto do domínio do capital que a destruição ambiental é apresentada como uma continuação e expressão dos problemas sociais e, portanto, um objeto de intervenção profissional dos assistentes sociais.

É impossível especificar o período específico em que surgiram as primeiras iniciativas sociopolíticas reconhecíveis, porque, como processo social, surgiram na confluência da ascensão do capitalismo e da revolução industrial, da luta de classes e da revolução social e intervenção estatal (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

O expansionismo capitalista marcou a interação violenta entre capital e trabalho, criando uma ruptura com a exploração da minoria pela maioria, onde a classe trabalhadora procura subjugar a sociedade burguesa na sua luta pela sobrevivência. Esta é uma luta de classes.

Assim, ao forçar o recrutamento de trabalhadores, a burguesia controlou a força de trabalho necessária para expandir o seu capital. O funcionário não teve outra escolha senão entrar no mercado com trabalho remunerado. As diferenças e os antagonismos entre as classes foram enfatizados, e o desenvolvimento do capitalismo na fase comercial trouxe mudanças significativas na estrutura, nas relações e nos processos sociais (MARTINELLI, 2000).

Os serviços sociais não são uma exigência do proletariado, mas são-lhe impostos como resultado dos preconceitos dos conservadores e revolucionários. É uma profissão sociopolítica, crítica e intervencionista que abrange as mais diversas áreas: saúde, assistência social, educação, habitação, lazer, assistência social e justiça.

Os assistentes sociais estão comprometidos com a defesa dos direitos humanos e com os interesses dos movimentos sociais e da classe trabalhadora, visando assim a criação de uma sociedade democrática cuja atuação se baseie na lógica da garantia de direitos, uma vez que no seu projeto ético a política está comprometida com a pleno desenvolvimento do indivíduo social, autonomia e liberdade.

Possui um projeto profissional coletivo e hegemônico denominado Projeto Ético-Político, que expressa o compromisso da categoria com a construção de uma nova ordem social, assegurando a justiça, a democracia e garantindo os direitos universais, conforme consagrado na Lei do Conselho Federal nº 8.662/93. Serviço Social - CFESS, conforme consta no Código de Ética Profissional de 1993, na Lei nº 8.742/93 da Assembleia Nacional (LOAS) e no Guia Curricular.

As questões ambientais sempre foram uma preocupação da humanidade porque o processo de acumulação, originário das formações sociais capitalistas, faz uso do trabalho além da degradação ambiental através da utilização de recursos naturais renováveis e não renováveis. O sistema capitalista atinge os seus fins utilizando, transformando, modificando e adaptando a matéria às suas próprias necessidades e justificando-a através de uma série de respostas tecnológicas destinadas a minimizar a sua erradicação.

Sob o signo do capital, a humanidade aprofundou o seu caminho de destruição da natureza a um nível cada vez mais perturbador. A prova deste processo é a escassez de recursos naturais não renováveis, o nível de aquecimento global, as consequências catastróficas dos resíduos industriais

e dos vários tipos de poluição, a produção contínua de bens descartáveis, a prova indiscutível de que o modo de produção capitalista não administram a natureza de forma adequada e sistemática, o que evidencia a crescente contradição entre as necessidades de aumento da produção e aquela entre as condições planetárias que permitem o desenvolvimento (SILVA, 2008).

A exploração da natureza está diretamente relacionada às demandas do capitalismo, que se apodera dos recursos naturais e extorque todos os seres vivos e o poder natural com suas mãos de ferro destrutivas, colocando-o completamente à sua disposição, pois o objetivo é cobrar tomando-o. a natureza como mãe da criação de riqueza - o trabalho como pai - a degradação ambiental.

O modo burguês de produção e reprodução levou a humanidade a um impasse: uma sociedade que desperdiça riqueza é também uma fábrica para pessoas miseráveis; o desenvolvimento da tecnologia alimentou o desejo do homem moderno de dominar a natureza para satisfazer as necessidades humanas, mas tornou-se um pesadelo e fonte de destruição. O sistema capitalista enfrenta, por um lado, o reconhecimento da natureza finita dos bens naturais e a capacidade limitada da natureza para absorver os males da ganância e do lucro voraz e, por outro lado, com a necessidade de expandir a produção, racionalidade. É por isso que são tomadas medidas para mitigar os efeitos destrutivos da vida comercial. Várias iniciativas revelaram-se insuficientes (SILVA, 2008).

Os serviços sociais estão relacionados com a sustentabilidade porque a sustentabilidade existe no contexto do meio ambiente e se configura como uma das muitas manifestações dos problemas sociais e o propósito do serviço social. Nesta perspectiva, lidar com problemas de ambiente, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável significa também o papel das relações humanas, naturais e sociais. Isto pode ser alcançado através de intervenções críticas de sensibilização que se concentrem na ética e na responsabilização.

Neste sentido, e com base nas considerações teóricas discutidas até agora, é verdade que os assistentes sociais trabalham há muito tempo com grupos excluídos e marginalizados da sociedade; e que reúnem a experiência acumulada necessária para o trabalho de desenvolvimento sustentável. O seu trabalho profissional tem um histórico não só de intervenção, mas de educação política e

social, incentivando as pessoas para a construção de uma sociedade sustentável e justa.

Os assistentes sociais darão um contributo significativo para o desenvolvimento sustentável quando os cidadãos estiverem preparados para refletir crítica e reflexivamente e, portanto, tomar ações sociais corretivas e transformadoras no seu âmbito.

A educação ambiental também se apresenta nesta perspectiva, integrada ao desenvolvimento sustentável, em contraposição ao atual sistema capitalista ou ao desenvolvimento econômico vivenciado pela sociedade atual. Porque quando o lucro, a competição e o privilégio prejudicam a nossa sociedade, os valores da justiça social, da moralidade e da solidariedade não são considerados.

Cultivar uma cidadania responsável exige que os profissionais sociais desenvolvam uma consciência crítica e reflexiva e estratégias que capacitem grupos de ação social que estejam empenhados em preparar os cidadãos para a participação social, a contribuição e a elaboração de políticas orientadas para o bem-estar, ou mesmo para a ação social. Para a saúde do nosso planeta e porque não numa cultura democrática.

O contributo dos profissionais sociais para toda a sua profissão, quando desempenham as suas tarefas de intervenção através das relações socioeconômicas, é bastante significativo. Também é muito importante atuar como educador ambiental porque a necessidade de integrar o social e o ecológico é essencial para garantir um planeta mais saudável.

O serviço social tem como características desenvolver o papel de educador ambiental, bem como ser capaz de provocar um mediador, oferecendo diálogo e reflexão como aprendizagem nos campos social e ambiental. O objetivo desta atividade é a sensibilização, a educação e o sentido de cidadania na sociedade, porque a cidadania é um interesse comum para conhecer e utilizar os direitos e obrigações descritos na legislação. Nas operações, cujo resultado final é:

Uma educação para promover um pensamento sistêmico, global, de que as coisas não ocorrem de forma isolada, nem se devem a uma só causa. Uma educação que ajude a tomar consciência da complexidade da questão ambiental não apenas em sua origem, mas em sua resolução. Uma educação que leve nosso pensamento e ação a pensar globalmente e agir localmente, que ajude a refletir sobre a amplitude das repercussões de nosso modo de vida para além do âmbito local em que nos relacionamos (GÓMEZ, AGUADO e PEREZ, 2005, p.34).

O tema de sua reflexão é a educação, que conscientiza as pessoas sobre a responsabilidade e o compromisso com a proteção ambiental como pessoa. A tarefa do assistente social, juntamente com as autoridades e a população, é fortalecer a coordenação com os municípios para desenvolver práticas educativas e proteger o meio ambiente.

Assim, a sociedade civil juntamente com as instituições públicas deve ser fortalecida e encorajada a legitimar este processo de descentralização na gestão dos recursos e atividades do Estado. E a participação da sociedade se dá apenas por meio da educação socioambiental, que possibilita às pessoas aprenderem sobre valores, conhecimentos, novas formas de pensar e de ser, criando uma relação ética e de compromisso com as causas dos problemas ambientais.

Para que o comportamento da sociedade em relação ao uso dos recursos naturais mude para a proteção ambiental, é necessário o engajamento dos cidadãos, que dê às pessoas a oportunidade de assumirem a responsabilidade de participar da proteção do nosso planeta.

3.2 Análise da atuação profissional de assistentes sociais em políticas de meio ambiente

O assistente social busca novos caminhos de desenvolvimento para melhorar a qualidade de vida dos usuários dos serviços profissionais e garantir a sustentabilidade de acordo com a implementação de uma política pública viável que atinja objetivamente o objetivo da construção ecológica da sociedade, segundo a lógica do Estado e do dever cívico. Parece que a importância da participação na vida social se manifesta apenas por meio da educação socioambiental, que permite às pessoas conviver com valores e princípios, adquirir conhecimentos, novas formas de pensar e de ser e criar uma relação ética e comprometida com o ser humano e o ambiente (MOREIRA, 2013).

O assistente social, como parte integrante do Estado, profissional intimamente ligado às políticas públicas e sociais, aos planos e projetos que envolvem a consciência do indivíduo, pode fazer propostas eficazes para promover a sustentabilidade, o meio ambiente e a responsabilidade ecológica, como afirma o campo social, como prevê o artigo 2º das normas de ética

profissional: “Participação no planejamento e administração da política social e na elaboração e implementação de programas sociais”. Ferramentas com acesso total e fácil navegação devem ser utilizadas para tomar as ações apropriadas.

As políticas sociais são opções governamentais constituídas por planos, projetos e programas de intervenção para cada região e/ou setor, como educação, saúde, apoio, lazer etc. A política social refere-se a medidas tomadas pelo Estado focadas na proteção social, visando reduzir a recorrente desigualdade do capitalismo. Isso significa proteger tanto o usuário quanto os problemas socioambientais, pois o homem faz parte da natureza e ambos são um todo, um não pode ser separado do outro (ROSSI, JESUS, 2009). Este se torna então o compromisso mais importante da profissão com o meio ambiente:

A função dos profissionais da intervenção social supõe facilitar os processos mediante os quais a sociedade encontre a alternativa de solução, que resolva assumir para alcançar esse objetivo, por meio da integração do “ecológico” e do “social” (GOMES, AGUADO, PÉREZ, 2011, p.24)

Se as mudanças incontrolláveis do capitalismo atingem o objetivo da intervenção, a expansão dos horizontes para além dos campos centrais de atividade nos quais o assistente social está delegado, então deve ser elogiada uma nova reestruturação das atividades que articule o humano e o espaço, o social e o ambiente. Dando início à pesquisa de campo, a coleta de dados foi realizada em duas instituições. Inicialmente na Companhia de Água e Esgoto do Maranhão (CAEMA), com o assistente social (entrevistado 1) da respectiva instituição e posteriormente com a assistente social (entrevistado 2) da Itaquí Geração de Energia S/A (ENEVA), localizada na Av. Eng. Emiliano Macieira, número 6, Itaquí.

Criada através do decreto Nº 2.653 de 6 junho de 1.966 a CAEMA, é uma empresa de sociedade de economia mista. No ano de 1966 a instituição tinha como objetivo de regular a política de saneamento básico aos municípios carentes de recursos financeiros a população inferior a 5 mil habitantes. Com sede na Rua Silva Jardim nº 307 Centro/São Luís-Ma, atualmente tem um quadro de 1.966 funcionários.

A Eneva S.A. é uma empresa brasileira integrada de energia que atua nos setores de geração, exploração e produção de petróleo e gás natural e comercialização de energia elétrica. Sob o nome de MPX Energia, entrou em operação em 2001 e sua oferta pública inicial foi realizada em 14 de dezembro de 2007.

Todos os questionamentos foram discutidos por meio de entrevista e gravação de áudios, sendo importante inserir comentários na íntegra dos sujeitos entrevistados. Acerca das demandas do Assistente Social nas instituições, o assistente social da CAEMA sinalizou as seguintes competências:

“Na CAEMA que é uma empresa de economia mista que atua nos serviços de saneamento ambiental, basicamente com a produção dos serviços de abastecimento de água e esgotamentos sanitário, o profissional do serviço social tem tarefas na área de recursos humanos, área de desenvolvimento de pessoas, gestão de conflitos interpessoais, na parte administrativa da empresa, além do mais na coordenadoria sócio ambiental, responsável pela difusão do trabalho de educação ambiental, pela execução da questão sócio ambiental e projetos sociais”. (Entrevistado 1)

Surge então a importância dos assistentes sociais, ocupando espaços dentro das empresas, nas comunidades locais, ampliando parcerias com especialistas de outras áreas diversas, aproximando o objeto da profissão da educação ambiental. À medida que a ponte entre esses dois campos se torna cada vez mais compacta, vale atentar para o fato de que ela não está relacionada apenas à educação ambiental como princípio da ecologia, mas sim ao ambiente em que operam diversos campos, sujeitos e relações (PHILIPPI, PELICIONI, 2005).

Trazer uma perspectiva de serviço social expande a visão e o conhecimento, construindo projetos de intervenção viáveis para que o progresso seja significativo. Devem ser desenvolvidas parcerias para fazer avançar as coisas; os serviços sociais podem tornar-se uma parte importante desta agenda. Sabe-se que os assistentes sociais têm facilidade para navegar neste espaço diverso, interdisciplinar, complexo e controverso, pois são capazes de dialogar crítico e reflexivamente com todas as disciplinas envolvidas na educação ambiental (MOREIRA, 2013).

A assistente social trabalhará o assunto de forma coletiva, para que o usuário também tenha uma medida do quanto participa desse

enfrentamento, pois todos convivem com a natureza, devem ter consciência do pensamento holístico e qual é o seu papel. Cidadão no uso dos recursos naturais, que não é responsabilidade apenas do Estado, a transferência dessa responsabilidade exclui a atividade, que também é da natureza pessoal de cada sujeito. A educação ambiental, diante dos problemas sociais e ambientais, fortalece o seu papel como fonte de consciência educativa, tão difícil de construir: “A educação ambiental forma e prepara os cidadãos para a reflexão crítica e para a ação social corretiva ou transformadora no sistema para tornar viável o desenvolvimento integral das pessoas” (PHILIPPI, PELICIONI, 2005).

Trata-se de atividades que visam em última instância: A educação para promover o pensamento sistemático e global, para que as coisas não aconteçam isoladamente ou tenham uma causa única. Educação que ajuda a compreender a complexidade de um problema ambiental não só em termos da sua origem, mas também em termos da sua solução. Educação que reorienta o nosso pensamento e ações para pensar globalmente e agir localmente, ajudando a considerar a extensão do impacto dos nossos estilos de vida para além das interações locais (GÓMEZ; AGUADO; PEREZ, 2005, p.34).

A relação que o assistente social estabelece com o sujeito da sua investigação deve basear-se num diálogo crítico que proporcione novas informações e eleve o nível de consciência do investigado. Cultivar uma cidadania responsável exige que os profissionais sociais desenvolvam uma consciência crítica e reflexiva e estratégias que capacitem grupos de ação social que estejam empenhados em preparar os cidadãos para a participação social, a contribuição e a elaboração de políticas orientadas para o bem-estar, ou mesmo para a ação social. Para a saúde do nosso planeta e porque não numa cultura democrática.

Sobre a atuação do assistente social na ENEVA, ressaltando que se trata de um cargo de coordenação assumido pela entrevistada 2, foram pontuadas as seguintes atribuições:

“Gestão de equipe multidisciplinar; Gerenciamento de projetos sociais obrigatórios, voluntários e incentivados; Elaboração de planejamento dos projetos, bem como monitoramento dos indicadores destes projetos; Manutenção do relacionamento e mediação de conflitos com a comunidade; Execução de ações coletivas nas comunidades vulneráveis no entorno do empreendimento; Gestão de interface com a equipe; Apresentação de projetos e portfólios da própria área para a diretoria;

Auditorias e coordenação de projetos de forma geral no Norte e Nordeste". (Entrevistada 2).

A intervenção profissional do assistente social na educação ambiental visa não só questões relacionadas com o aproveitamento ambiental de determinadas atividades produtivas, mas também sensibilizar a classe trabalhadora para a proteção ambiental, porque é ela quem tem mais oportunidades e condições de tornar-se mais ativo, porque a participação neste confronto é uma questão de cidadania e de educação, que é uma atividade pessoal de cada um.

A intervenção do assistente social no ambiente está muito próxima daquilo que estes especialistas têm desenvolvido noutras áreas de trabalho: trata-se de intervenções dirigidas à gestão da instituição, à gestão de programas e projetos, que se relacionam com formas tradicionais de funcionamento baseadas no princípio pedagógico atividades na área da educação, caráter e conselheiro apoiado por uma série de poderes e responsabilidades de suporte profissional (NUES, 2013).

As possibilidades de atuação e intervenção do assistente social no campo socioambiental têm se apresentado com muita frequência nesta nova era devido à deterioração das formas ecologicamente completamente erradas de fazer as coisas no sistema capitalista. Um assistente social, atuando na área ambiental, enfrenta toda uma série de contradições conceituais, hegemonias e disputas de campo, enfim, atitudes que merecem esclarecimento e oposição, bem como atitude e atitude necessárias. [...] mas não tratam dos efeitos sociais, ou seja, das consequências sociais de tais projetos, cujo principal alvo é o ser humano. E é essa falta de reconhecimento que também contribui para o surgimento de problemas ambientais que carecem de trabalho social e outros conhecimentos (COLITO; PAGANI, 1999).

Quando questionados sobre a existência de algum projeto ou programa institucional voltado ao meio ambiente no qual participem os assistentes sociais, o entrevistado 1 sinaliza que a CAEMA tem uma política de meio ambiente, a política ambiental e dentro dessa política ela tem os programas voltado para questão ambiental. Sendo que na coordenadoria sócio ambiental existe o programa de educação ambiental e no escopo dele existe vários projetos tais

como: CAEMA na escola, palestra em comunidades, programa de mobilização social nas Universidades, além disso são oferecidos projetos de trabalhos sócio ambiental que incluem várias ações tais como: mobilizações social, fortalecimento da organizações social, palestras educativas, cursos de geração de rendas e uma série de instrumentos disponíveis para a população por meio a coordenadoria sócio ambiental da CAEMA.

A entrevistada 2 sinaliza a existência de projetos vinculados aos impactos ambientais e aquilo que tem de impacto dentro do entorno da empresa, todos licenciados e avaliados pelo IBAMA estadual e federal. Dentre os programas existem: Programa de comunicação e relacionamento com as partes interessadas que trata de todas as interfaces de ações de mediação de conflitos; Encontro com comunidades, ações de comunicação, fortalecimento de associação; Programa de educação ambiental para conscientização acerca dos impactos ambientais e como essa perspectiva pode ser mudada dentro das comunidades; Programas de fortalecimento de mulheres (Programa Elas Empreendedoras) a fim de potencializar o empreendedorismo de mulheres em comunidades vulneráveis e incremento de renda para esses sujeitos.

Registrado como profissão de intervenção, o desafio do serviço social é, na verdade, abrir a natureza teórica e política das propostas educativas ecológicas, analisar os fundamentos de tais formulações e estudar os desenvolvimentos ideológicos e culturais. Com a ajuda da educação ambiental, o objetivo é, portanto, superar os aspectos ecológicos, onde o indivíduo não é compreendido como parte da natureza. O objetivo é conscientizar que a natureza não é algo abstrato, idealizado, para finalmente alcançar a educação ambiental: “[...] de onde os indivíduos e os sujeitos coletivos tomam seu espaço histórico e natural para preencher a lacuna entre o ser social e a natureza, o sentido último da alienação que encontramos” (SILVA, 2008, p. 128).

Parece que o serviço social, através da sua tarefa pedagógica, tem historicamente desempenhado um papel nos processos de formação e organização cultural, e isso significou as práticas dos assistentes sociais no campo das atividades educativas que moldam a forma de pensar, cognição e ação, que também é entendida como sociabilidade (ABREU; CARDOSO, s/d).

No âmbito da intervenção, observou-se que estes profissionais são convidados a trabalhar em empresas, organizações não governamentais e instituições públicas que são parte integrante do processo de construção de uma cultura ambiental. E valendo-se de seu caráter pedagógico, o desenvolvimento de atividades educativas e de liderança inclui a proteção da melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas instituições (SILVA, 2008).

Segundo Silva (2008), as práticas educativas ecológicas dos assistentes sociais concentram-se em transmitir o efeito da totalidade das atividades e do discurso de proteção ambiental na formação da cultura ambiental, sem questionar os fundamentos da produção destrutiva. Por isso é necessário apoio para que a atividade profissional possa levantar as suas próprias questões face à crise ambiental, unindo a sustentabilidade à justiça social, às ideias ecológicas e sociais. Assim, é preciso abraçar não só o caráter pedagógico, mas também o político, o preconceito dos seus instrumentos técnico-metodológicos.

Enfatizando a essência da profissão, Reigota (2009) afirma que as experiências acumuladas dos assistentes sociais excluídos e excluídas são importantes no desenvolvimento da educação ambiental como perspectiva voltada para a educação política, a intervenção, a participação e a construção da profissão, diante de uma sociedade justa e sustentável.

Carmem (2009) alerta para a importância de os profissionais de intervenção social terem consciência das suas responsabilidades como educadores ambientais e destaca os elementos importantes desse profissional nas questões ambientais. Para tanto, a profissão, se integrar o social e o ecológico e vice-versa, nas palavras de Carmem Irigalba (2009), deve superar a visão dicotômica da divisão da ciência: a separação do homem da natureza e do mundo físico e social. Isto porque a complexidade social não é fragmentada, mas diferenciada, multifacetada, interdependente, global e integrada.

As ações nesta área devem ter meios, ferramentas e ferramentas metodológicas que dinamizem e facilitem a participação, por exemplo [...] através da linguagem escrita e audiovisual, dos meios de comunicação social, para aumentar a consciência crítica capaz de desconstruir e desencadear ações coletivas, contrariando a cultura de domesticação, que também é difundido pelos meios de comunicação de massa e outros meios de

comunicação; compilar e atualizar sistematicamente um conjunto de conhecimentos relacionados com as expressões das questões sociais nas diversas áreas profissionais dos assistentes sociais, que apoie e incentive atividades inovadoras, em contraste com a gradual comercialização das necessidades sociais resultante da privatização dos assistentes sociais. [...] (ABREU; CARDOSO, s/d, p. 13).

A partir desta seleção de referenciais técnico-funcionais e teórico-políticos é possível trabalhar com a participação social, onde o uso da linguagem é utilizado como meio de comunicação e compartilhamento de conceitos, sem diminuir a importância política da educação ambiental. A participação social é aprendida através da interação social. Cria uma cultura de valores democráticos e molda a relação da pessoa com o seu meio ambiente, o que não é um caminho entre outros, mas uma forma de procurar uma alternativa que possibilite o desenvolvimento sustentável (CARMEM, 2009, p. 25).

Sobre a inserção do assistente social em equipe multiprofissional, o entrevistado 1 afirma que participa de diversas equipes multidisciplinares na CAEMA, dentre as quais: Comitê de Planejamento Estratégico da Empresa, no qual reúne profissionais de diversas áreas que trabalha a questão do planejamento estratégico, onde atua o profissional de serviço social que é uma área de planejamento tem capacidade e competência para exercer essa função. Além disso, integra a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental CIE-MA, faz parte da agenda A3P e é membro do Conselho de Administração da CAEMA.

A entrevistada 2 apregoa que assume a função de coordenação da equipe multidisciplinar composta por psicólogo, administrador, comunicólogo, assistente social e outros, para criação de projetos de intervenção e acompanhamento do andamento e aplicabilidade destes dentro da comunidade, gerenciamento a equipe supracitada.

Ao formar equipes multidisciplinares, ainda que desafiadoras, os assistentes sociais têm a oportunidade de relacionar seus pontos de vista com determinadas realidades e completar seus pontos de vista, agregando um caráter interdisciplinar às atividades educativas ecológicas, conforme preconiza o Plano Nacional de Educação Ambiental para instituições de ensino. O assistente social torna-se um intermediário entre a pessoa e o seu ambiente, o

cidadão e a sociedade, o que facilita os processos nos quais a sociedade encontra uma solução alternativa para uma sociedade sustentável.

Em suma, o compromisso profissional com a área remete ao “[...] fortalecimento da articulação com os movimentos sociais e da reflexão no âmbito da formação e do exercício profissional quanto à necessidade histórica da luta pelo direito ao meio ambiente” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2012).

Os principais instrumentos citados pelos profissionais entrevistados para o fazer profissional foram: entrevistas, visitas domiciliares, abordagens individualizadas e em conjuntos, bem como reuniões coletivas.

Acerca dos principais desafios para o Serviço Social na intervenção junto às políticas de meio ambiente, os entrevistados sinalizam que se trata de compreender a crise ambiental, pois no serviço social a formação em si é para atuar nas expressões das questões sociais e essas expressões incluem a questão do meio ambiente que acaba sendo oferecido para alguns sujeitos como um meio ambiente com danos.

“Ao mesmo tempo é preciso compreender que além da questão social, temos a questão ambiental, se a questão social nos remete as desigualdades econômica, a questão ambiental nos remete a necessidade de preservação dos recursos naturais, de preservação das áreas de vegetação, preservação dos mananciais, proteção do meio ambiente. Essa compreensão se faz necessário para o profissional do Serviço social, tendo em vista que trata-se de um campo de estudo a mais que necessita de um aprofundamento para compreender o papel do profissional seja na educação ambiental, seja na elaboração de programas e projetos voltado para proteção do meio ambiente” (Entrevistado 1).

“Como atuante na questão das expressões da questão social, Uma grande contribuição do profissional de serviço social deixa neste campo é a busca da elaboração de programas e projetos voltado a equacionar a problemática ambiental, buscar fazer inclusive por meio da educação ambiental e dos projetos sócio ambiental instrumentos que possa fazer com que as pessoas se transforme em sujeitos sociais capaz de defender o bem estar social, a saúde pública, entretanto a preocupação em proteção ao meio ambiente” (Entrevistada 2).

O trabalho dos assistentes sociais na área ambiental é um exemplo vivo do processo de mudança social. Parece ser um campo de atividade muito rico e complexo, porque exige um certo nível de conhecimento de todas as políticas sociais, porque é precisamente neste campo que se apoiam as suas atividades. Isso exige do profissional, abertura para o trabalho em

equipe, mediação flexível de relacionamentos e compreensão crítica e ética das situações cotidianas.

Com base nos princípios éticos, teóricos e educacionais do serviço social, garantimos que a formação educacional deste profissional pode ir além das necessidades conservadoras e apenas auxiliares. Silva (2010, p. 18) destaca o envolvimento dos assistentes sociais na educação ambiental e destaca que “ao campo da gestão ambiental foi acrescentada uma profissão que dá ênfase às atividades de educação ambiental que mediam o conjunto de atividades neste campo”.

Assim, entendemos que o assistente social também é um daqueles profissionais que, a partir das exigências da formação profissional e do mercado de trabalho, são chamados a lidar com as demandas socioambientais de forma transformadora e crítica. Para Silva (2010, p. 150), a educação ambiental não se limita “à implementação de atividades socioambientais”, mas tem uma perspectiva emancipatória. Assim, há lugar na educação ambiental para o combate aos problemas ambientais, e os assistentes sociais podem atuar de forma crítica, conhecendo os elementos da natureza de classe e do modo de produção capitalista, que favorece a relação de destruição natural e aquisição de riquezas.

Portanto, necessitamos de uma fundamentação teórica que nos permita compreender criticamente a realidade em que vivemos, identificar os fundamentos da questão ambiental no contexto atual e desenvolver respostas através de atividades educativas ecológicas. Contudo, os assistentes sociais podem participar de discussões teóricas sobre o meio ambiente, mas também podem participar da implementação de atividades de educação ambiental em diversos espaços sociais.

4. CONCLUSÃO

O Serviço Social é uma profissão que luta por uma melhor qualidade de vida em termos de habitação, trabalho, saúde, educação, lazer etc., que também deve estar relacionada com um ambiente saudável e preservado para que as gerações presentes e futuras possam satisfazer as suas necessidades e desfrutar das riquezas naturais ou, melhor ainda, para que a vida possa continuar e não acabar.

E quando nos referimos ao termo qualidade de vida, procuramos entendê-lo através dos conceitos de Barroco (1999), pois o autor o define como um conceito que inclui duas coisas principais: a qualidade do acesso às condições e democratização. A preservação das pessoas e do meio ambiente, porque a qualidade de vida é uma oportunidade para melhor compartilhar e usufruir do bem-estar social e tecnológico dos cidadãos da comunidade. Garantimos um ambiente de desenvolvimento ecológico e inclusivo que respeita as pessoas e a natureza e tem a menor degradação e incerteza.

Entendemos que a inclusão dos serviços sociais na educação ambiental promove “uma consciência crítica ambiental e social e uma cultura política baseada nos princípios da autonomia e autodeterminação dos sujeitos na busca pela satisfação das necessidades”. A atuação do assistente social na educação ambiental insere-se nesse arcabouço educativo, que transforma a história em uma relação com a natureza sem propriedade privada e garante ampla participação do sujeito.

Os campos de atuação do serviço social de educação ambiental estão relacionados com a gestão e coordenação de projetos e políticas ambientais, assistência a organizações ambientalistas, atividades pedagógicas e de formação, mobilização comunitária e trabalhos relacionados com o controle social nos conselhos ambientais. Estas atividades também podem ser formuladas em ambiente escolar com uma equipa profissional, desenvolvendo uma atividade pedagógica educativa e orientadora apoiada no conhecimento e na responsabilidade que sustentam a profissão de serviço social.

Podemos destacar os seguintes temas com os quais os assistentes sociais podem trabalhar nas instituições: efeitos ambientais; problemas

ambientais atuais e sua ligação com a educação ambiental; consciência crítica ambiental e social; proteção dos recursos naturais e processos de gestão pública; controle social, participação e organização política nas políticas ambientais órgãos de controle social; inclusão de questões políticas afetadas por impactos ambientais; desafios da realidade socioambiental nas comunidades.

Na sociedade contemporânea, a natureza tem sido palco de uma destruição regida pela lógica da produção capitalista corrosiva. Muitos problemas ambientais ganharam visibilidade e se tornaram alvo de debates e de preocupação com o aumento desses problemas que resulta numa crise socioambiental sem limites. Os estudos constataam a crise das fontes energéticas, o esgotamento dos recursos naturais, os desastres ambientais, que colocam em risco a própria existência humana. Há também um agravamento da questão ambiental expresso nos níveis de pobreza, de exclusão social, da poluição e da degradação ambiental (SANTOS, 2014).

Entendemos que essas consequências são oriundas de um modo de produção capitalista e das formas de exploração das matérias primas da natureza, tendo o agravante da ação humana que não deve ser analisada de forma pontual, na perspectiva individual, mas sim na perspectiva da coletividade existente no regime produtivo em vigor.

Obviamente que a população tem um papel decisivo para a eclosão da questão socioambiental, mas também devemos considerar os efeitos da produção industrial. Desse modo, sabemos que no contexto atual o meio ambiente tem sido degradado de maneira devastadora, revelando diversos fenômenos como o aquecimento global, a poluição das águas e do ar, a escassez de recursos hídricos e a questão do lixo.

Segundo Silva (2013, p. 19), “a problemática ambiental vem ocupando um espaço crescente na agenda dos mais diversos segmentos da sociedade contemporânea” e remete a um aspecto ético relacionado às condições de reprodução da vida. Esse debate, portanto, atinge diversas instituições de ensino e outras instituições do Estado, bem como empresas, movimentos sociais e organizações não governamentais.

A educação ambiental tem sido subpromovida no Brasil, cuja promoção requer ampla participação da sociedade civil e de autoridades

governamentais para aumentar a consciência ambiental e mudar atitudes em relação ao meio ambiente como um todo, aspectos naturais, sociais e culturais. A educação ambiental no Brasil é conhecida por seu compromisso político com a construção de uma sociedade justa, sustentável e democrática. Entendemos então que aumenta a necessidade da intervenção dos assistentes sociais, porque conseguem ler a realidade de forma crítica e ponderada.

Assim, através das reflexões aqui feitas, juntamente com Pérez e outros (2007), confirmamos que as experiências das classes pobres de assistentes sociais são centrais para formar a educação ambiental como perspectiva de educação política, de intervenção, de participação. O objetivo é construir uma sociedade justa e sustentável baseada na prática.

Nesse sentido, cabe à reflexão de Yamamoto (1997, p. 08): Um dos maiores desafios dos assistentes sociais da atualidade é desenvolver sua capacidade de interpretar a realidade e formular propostas de trabalho criativas que possam apoiar e atender às demandas cotidianas. Resumindo, profissional, determinado e não apenas um líder. Embora haja lugar para assistentes sociais na área ambiental, segundo alguns pesquisadores, eles ainda apresentam dificuldades, pois as questões ambientais raramente são tratadas durante a formação profissional dos assistentes sociais.

Enfatizando o papel profissional do serviço social como educador ambiental no trato das questões socioambientais, possibilita as conotações educativas da política ambiental, onde podemos utilizar os mecanismos da educação ambiental para desenvolver atividades relacionadas à ação social. Da conscientização à consciência ambiental, criando um novo aprendizado que substitua essa ante naturalidade pelo respeito cultural, pela comunicação, pela interdependência individual e grupal e pela solidariedade com a vida do planeta.

Assim, surgem desafios para a profissão de serviço social para que também possa intervir neste domínio, pois este tema deve ser apresentado não só às autoridades, mas também à sociedade em geral. E o serviço social também tem esse papel, porque é dever e obrigação dos profissionais engajarem-se em lutas de intervenção e em espaços profissionais permanentes que possibilitem a pesquisa e a ação com competência e finalidade epistemológica de problemas socioambientais.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. Produzindo diferença: neoliberalismo, neoconservadorismo e a política de reforma educacional. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, n.46, p. 606-644, set./dez. 2015.

BARCELOS, Eduardo. Antropoceno ou Capitaloceno: da simples disputa semântica à interpretação histórica da crise ecológica global. **Revibec-Revista Iberoamericana De Economía Ecológica**, v. 31, n. 1, p. 1-17, 2019.

BARROCO, M. L.S. **Os fundamentos sócio-históricos da ética**. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: reprodução social, trabalho e Serviço Social. mod. 1. Brasília, DF, Ed. UnB, 1999.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. **Lei Nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm> Acesso em: 13.out.2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CASTORIADIS, C. **Feito e a ser feito: as encruzilhadas do labirinto V**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

COGGIOLA, Osvaldo. **História do capitalismo: das origens até a Primeira Guerra Mundial**. Porto Alegre: Pradense, 2016.

CONAMA. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Resolução CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986**. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8902>>. Acesso em: 13.out.2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 402 p, 2016.

DASHEFSKY, S. **Dicionário de educação ambiental: um guia de A a Z**. 2.ed. São Paulo: Gaia, 2001.

DEMIER, F., & GONÇALVES, G. L. Capitalismo, Estado e democracia: um debate marxista / Capitalism, state and democracy: a Marxist debate. **Revista Direito E Práxis**, v.8, n.3, p.2350–2376, 2017.

DIAS, C. **Pesquisa qualitativa: características gerais e referências**. 2000.

FOLADORI, Guillermo. O capitalismo e a crise ambiental. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, n. 19, p. 31-36, 1999.

GÓMEZ, J.A; AGUADO, O. V; PÉREZ A. G. **Serviço Social e meio ambiente**. 4º Edição. São Paulo: Cortez, 2011.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2009

IAMAMOTO, M. **Os espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social**. São Paulo, 2009.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Portaria 29, de 24 de março de 1994**. Disponível em: <<https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=97955>>. Acesso em: 13.out.2023.

INOCÊNCIO, A. F., & SALVI, R. F. Escavando saberes: a análise arqueológica como estratégia para uma Educação Ambiental pós-moderna. **Revista Brasileira De Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 12, n.4, p.165–179, 2017.

JAEGGI, R. Um conceito amplo de economia: economia como prática social e a crítica ao capitalismo. **Civitas: Revista De Ciências Sociais**, v.18, n.3, p.503–522, 2018.

KRZYSCZAK, F. R. As diferentes concepções de meio ambiente e suas visões. **Revista de Educação do IDEAU**. v.11, n. 23, Janeiro – Junho, 2016.

LASCHEFSKI, K. A. Rompimento de barragens em Mariana e Brumadinho (MG): Desastres como meio de acumulação por despossessão. **Ambientes**, Francisco Beltrão, PR, v.2, n.1, pp.98-143, 2020.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

MATOS, S. M. S.; SANTOS, A. C. dos. Modernidade e crise ambiental: das incertezas dos riscos à responsabilidade ética. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 41, n. 2, p. 197-216, Abr./Jun., 2018.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social, identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 6. ed. 2000.

MARX, K. *Ökonomisch-philosophische Manuskripten*. MEW 40. **Berlin**: Dietz Verlag, 1968. Trad. Antônio Inácio Andrioli. Rio Grande do Sul.

MARX, K. **O Capital**, Livro I. 6a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.1, 1980.

MASCARO, C. A. A. de C. O Plano Educacional Individualizado e o estudante com deficiência intelectual: estratégia para inclusão. **Revista Espaço Acadêmico**, v.18, n.205, p.12-22, 2018.

MIGLIARI JUNIOR, A. **Crimes Ambientais**. São Paulo: Lex Editora, 2001

MONTMELLER-FILHO, G. Ecomarxismo e capitalismo. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, n.28, p.107-132, out. de 2000.

MOREIRA, I da S. **Serviço Social e Meio Ambiente**: a contribuição do assistente social em programa de aceleração do crescimento – PAC. 2013. 165 f. Tese (Doutorado em Serviço Social, Área de Concentração: Trabalho e Sociedade) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, FRANCA, SP, 2013.

NORONHA, Nayara Silva de; BARBOSA, Déborah Mara Siade. Renda, consumo e centralidade do trabalho na “nova classe média” brasileira. **Ram - Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 17, n. 1, p.40-54, fev. 2016

PILATI, Luciana Cardoso; DANTAS, Marcelo Buzoglo; LEITE, José Rubens Morato. **Direito ambiental simplificado**. São Paulo: Saraiva, 2010.

POTT, C. M.; ESTRELA, C. C. Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. **Estudos Avançados**, v.31, n.89, 2017

ROSSI, C; JESUS, S. de F. **Políticas Sociais I**. São Paulo: Pearson, 2009.

SAUVE, L. **A formação continuada de professores em Educação Ambiental**: a proposta do EDAMAZ. In Sato, Michele e Santos, J.E. (orgs) A contribuição da Educação Ambiental à esperança de Pandora. São Carlos, RIMA.2000.

SCHRAMM, F. R. **A Moralidade das Biotecnologias**. I Congresso Brasileiro de Biossegurança. Rio de Janeiro: ANBio, 1999.

ZANIRATO, S. H. e ROTONDARO, T. G. **Consumo, um dos dilemas da sustentabilidade**. Estudos Avançados, v. 30, n. 88, p. 72-92, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-40142016.30880007>>. Acesso em: 30.out. 2023.

SILVA, J. A. da. **Curso de direito ambiental constitucional**. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

SILVA, M. das G. e. **Capitalismo contemporâneo e “questão ambiental”**: o Desenvolvimento Sustentável e ação do Serviço Social. 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SILVA, M. G. **Questão ambiental e as principais formas de enfrentamento no século XXI**. In: ARAÚJO, N.; SANTOS, J. S.; SILVA, M.G. (Org.). Educação ambiental: o PEAC e o Licenciamento na gestão pública do meio ambiente. São Cristóvão: UFS, 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário aplicados aos entrevistados

Nome:

Função:

Instituição de trabalho:

- 1 – Quais são as demandas do Assistente social na instituição?
- 2 - Existe algum projeto ou programa institucional voltado ao meio ambiente no qual participem assistentes sociais?
- 3- Você está inserido (a) em equipe multiprofissional?
- 4 - Como se dá a relação com os demais profissionais da instituição?
- 5 – Quais os principais instrumentais utilizados no fazer profissional?
- 6 - Quais os principais desafios para o Serviço Social na intervenção junto às políticas de meio ambiente?
- 7 – Qual a contribuição do Serviço Social na preservação do meio ambiente e na qualidade de vida das pessoas?

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Título da Pesquisa: **ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS AÇÕES E POLÍTICAS DE MEIO AMBIENTE: uma análise dos principais aspectos de intervenção profissional**

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa. Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor (a) não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para esclarecê-los.

A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

O objetivo desta pesquisa é examinar a contribuição do Assistente Social em políticas de meio ambiente no município de São Luís-MA e tem como justificativa a importância da pesquisa para a utilização dos resultados a fim de permitir a adoção de estratégias, novas práticas de gestão voltadas para a educação ambiental, bem como conhecer a atuação e a importância do assistente social na política de meio ambiente.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso o(a) Sr.(a) decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo.

Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos. Caso ocorra algum problema ou dano com o(a) Sr.(a), resultante de sua participação na pesquisa, o(a) Sr.(a) receberá todo o atendimento necessário, sem nenhum custo pessoal e garantimos indenização diante de eventuais fatos comprovados, comnexo causal com a pesquisa.

Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto, bem como em todas as fases da pesquisa.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como é garantido ao Sr.(a), o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que o(a) Sr.(a) queira saber antes, durante e depois da sua participação.

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com o pesquisador responsável, pelo telefone (98) 99119-5008 com o pesquisador.

Esse Termo é assinado em duas vias, sendo uma do(a) Sr.(a) e a outra para os pesquisadores.

Concordo em participar do estudo intitulado: **ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS AÇÕES E POLÍTICAS DE MEIO AMBIENTE: uma análise dos principais aspectos de intervenção profissional**

<hr/> <p>Nome do participante ou responsável</p> <hr/>	<p>Data:</p> <p>____/____/____</p>
<p>Assinatura do participante ou responsável</p>	

Eu, Neusilene de Jesus Marreiros Cordeiro, declaro cumprir as exigências contidas nos itens IV.3 e IV.4, da Resolução nº 466/2012 MS.

<hr/> <p>Assinatura e carimbo do Pesquisador</p>	<p>Data:</p> <p>____/____/____</p>
--	------------------------------------